

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL

WELLYSCA SILVESTRE DA SILVA

**REFLEXÕES SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA
DE EDUCAÇÃO**

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2020

WELLYSCA SILVESTRE DA SILVA

**REFLEXÕES SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA
DE EDUCAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.^a Esp. Jamille Lima Vieira.

JUAZEIRO DO NORTE- CE

2020

WELLYSCA SILVESTRE DA SILVA

**REFLEXÕES SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA
DE EDUCAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.^a Esp. Jácsa Vieira de Caldas

APRESENTADA EM ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Esp. Jamille Lima Vieira
Orientadora

Prof. Esp. Cecília Bezerra Leite
1º Examinador

Prof. Mc. Cícero Reginaldo Nascimento Santos
2º Examinador

JUAZEIRO DO NORTE- CE

2020

Dedico este trabalho à meu pai e minha mãe por todo apoio, incentivo, paciência e carinho, puxões de orelhas, sem eles não teria conseguido chegar até a conclusão deste trabalho! Dedico também a todos os assistentes sociais que atua na educação.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por tudo que ele fez comigo ao longo do meu trajeto acadêmico por me dar forças para concluir este curso que entrei por acaso por não ter outras opções mais hoje não vejo seguindo outra profissão, indago ainda meu pai Francisco Raimundo Querino de Lima que não é o biológico mais que é meu pai do coração que hoje eu essa mulher por conta dele que sempre me apoio me motivou para mim formar e ser alguém na vida.

Agradeço a minha mãe Auricélia Silvestre de Oliveira Lima por ter me dado forças para finalizar este curso quando nem eu tinha mais forças para terminar amo vocês.

Agradeço a Larisse Pequeno, Edson Acídio, Larissa Soares, que estiveram comigo estes quatro anos me aconselhando, dando forças, puxando minhas orelhas e que estiveram em todas as fases da minha vida que passei inclusive na minha depressão, no meu aborto sem vocês acho que não teria chegado ate hoje aqui apesar de todos os pesares quero levar vocês pro resto da minha vida, obrigada Larisse Pequeno por dado Helena minha afilhada do meu coração amo muito vocês.

Agradeço as professoras Jacsa pelo apoio e ensinamento no meu estágio que me deu apoio em um momento crítico na minha vida sem você eu nunca conseguiria me abrir e me tratar obrigada você é minha referência ficará sempre no meu coração

Também a todos meus amigos da faculdade e professores que estiveram comigo ao longo dessa jornada que enfrentei a minha querida Muralha da China cada um tem lugar no meu coração especial

Pra finalizar agradecer a minha orientadora Jamille de Lima Vieira que me proporcionou o melhor momento da minha vida acadêmica que foi meu primeiro relatório social e visita social e por ter sido uma orientadora maravilhosa que me deu apoio, teve paciência e que a qualquer hora estava ali para o que fosse preciso te admiro muito como pessoa e como profissional e a todos que passaram na minha vida ao longo desses anos.

*“Um dia eu vi uma estrela
cadente e fiz um pedido
Creio, fui atendido
Era só um menino brincando com os
amigo
Fiz essa aqui pra lembrar daqueles
que estavam comigo
Dividindo o sorriso
Tudo que eu acredito, não demora, eu
conquisto”.*
(HUNGRIA)

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a contribuição do Serviço Social no âmbito educacional. Para tanto foi necessário refletir os desafios para construção e efetivação da Política de Educação como uma melhor percepção das transformações didática e metodológica para uma educação voltada à emancipação humana, como também a instituição de ensino na contemporaneidade frente à reafirmação e concretização de direitos. Seu objetivo geral busca analisar a contribuição do Serviço Social através da inserção na Política de Educação, os seus objetivos específicos tratam de contextualizar a política educacional no Brasil, apresentar as expressões da questão social no âmbito educacional, a importância da contribuição profissional e analisar a relevância do Assistente Social na educação como executor da efetivação de direitos. Subdivide-se em três capítulos que enfatizam a construção histórica da Política de Educação no Brasil, as atribuições profissionais do Serviço Social para melhorias no campo educacional através da análise de intervenção realizada na escola Antônio Ferreira de Melo na cidade de Juazeiro do Norte- CE e a apresentação da metodologia utilizada sendo de natureza bibliográfica e caráter exploratório e descritivo, utilizando-se do método qualitativo. Destarte os resultados desta pesquisa apontaram que os profissionais de Serviço Social representam a efetivação da política de Educação como mecanismo de emancipação humana.

Palavras-chaves: Política de Educação. Serviço Social. Questão Social.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the contribution of Social Work in the educational field. Therefore, it was necessary to reflect on the challenges for the construction and implementation of the Education Policy as a better perception of the didactic and methodological transformations for an education focused on human emancipation, as well as the contemporary educational institution in the face of the reaffirmation and realization of rights. Its general objective seeks to analyze the contribution of Social Work through insertion in the Education Policy, its specific objectives try to contextualize the educational policy in Brazil, to present the expressions of the social question in the educational scope, the importance of the professional contribution and to analyze the relevance of the Social Worker in education as executor of the enforcement of rights. It is subdivided into three chapters that emphasize the historical construction of the Education Policy in Brazil, the professional attributions of Social Work for improvements in the educational field through the intervention analysis carried out at the Antônio Ferreira de Melo school in the city of Juazeiro do Norte-CE and the presentation of the methodology used being bibliographic in nature and exploratory and descriptive, using the qualitative method. Thus, the results of this research showed that Social Work professionals represent the effectiveness of Education policy as a mechanism of human emancipation.

Keywords: Education Policy. Social service. Social issues.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social;

CCJ- Comissão de Constituição e Justiça;

CEP- Código de Ética Profissional;

CF- Constituição Federal;

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social;

CFP- Conselho Federal de Psicologia;

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social;

CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social;

CRESS- Conselho Regional de Serviço Social;

CRI- Centro de Referência do Idoso;

CRRM- Centro de Referência Regional da Mulher;

EJA- Educação de Jovens e Adultos;

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas;

INSS- Instituto Nacional de Serviço Social;

LDB- Lei de Diretrizes e Bases;

MEC- Ministério da Educação;

MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização;

NASF- Núcleo de Assistência a Saúde da Família;

NASS- Núcleo de Apoio ao Serviço Social;

PL- Projeto de Lei;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPITULO I: UM BREVE RESGATE SÓCIO-HISTÓRICO ACERCA DA POLITICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	13
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLITICA DE EDUCAÇÃO	13
1.1.1 EXPLANAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL	17
1.2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ESTRUTURA DO SISTEMA EDUCACIONAL	23
CAPÍTULO II: CARACTERIZAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A DIMENSÃO INVESTIGATIVA DO EXERCÍCIO DA PRÁTICA PROFISSIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR	28
2.1 AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA ÁREA EDUCACIONAL	28
2.2 AS DIMENSÕES DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	35
CAPÍTULO III: DELINEAMENTO METODOLÓGICO E DISCUSSÕES ACERCA DA CONTRIBUIÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	42
3.1 PERCURSO METODOLÓGICO	42
3.2 AVERIGUAÇÃO E ANÁLISE DO ASPECTO EDUCACIONAL SOB O PRISMA LÚDICO	43
3.3 SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO NA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59

INTRODUÇÃO

A temática abordada apresenta a contribuição do Serviço Social enquanto profissão de concretização e efetivação de políticas, dentre elas a educacional, sabe-se que a construção de direitos por meio da implantação de políticas sociais no Brasil ocorreu de forma tardia, tendo a população como participadora ativa nesse processo, porém as implicações e elementos postos com o capitalismo e a influência neoliberal sucatearam os serviços e a efetivação destas, havendo a necessidade da intervenção do Assistente Social como ponte para a concretização desses direitos.

Esse estudo monográfico traz em suas discussões as atribuições e contribuições do Assistente Social para a melhoria na política educacional por meio de suas funções, a escolha por esse tema de pesquisa perpassa na história acadêmica da pesquisadora. Durante o curso de Serviço Social no Centro Universidade Leão Sampaio em Juazeiro do Norte – CE. A temática se deu a partir dos debates estabelecidos em campo de estágio supervisionado I e II na Clínica Escola no setor de Serviço Social.

Seu objetivo geral busca analisar a contribuição do Serviço Social através da inserção na Política de Educação, os seus objetivos específicos tratam de contextualizar a política educacional no Brasil, apresentar as expressões da questão social no âmbito educacional, a importância da contribuição profissional e analisar a relevância do Assistente Social na educação como executor da efetivação de direitos.

Desta forma, a pesquisa encontra dividida em três capítulos: O primeiro capítulo está voltado para construção e contextualização da trajetória da política de Educação no Brasil, retratando e destacando as peculiaridades e avanços postos em cada período.

No segundo capítulo, abordou-se as questões acerca da análise dos elementos postos as questões sociais existentes no meio educacional e as práticas profissionais como contribuição para melhoria na educação, e as implicações do sistema capitalista onde o Serviço Social vem apresentar seus desafios e contribuição frente a essa temática.

No terceiro capítulo, tratou-se dos procedimentos metodológicos da presente pesquisa, utilizou-se do estudo bibliográfico, possuindo caráter exploratório,

descritivo com abordagem de cunho qualitativo. Por exigir maior investimento em sínteses e argumentações a partir de fontes as quais foram pontos referências para o objeto de estudo. A pesquisa também foi fundamentada em diário de campo e intervenção realizada na escola Antônio Ferreira de Melo na cidade de Juazeiro do Norte- CE. Esse capítulo buscou analisar por meio de aprofundamento da temática a atribuição do Serviço Social na educação através da constatação da relevância desse profissional para avanços e melhorias no campo educacional, não apenas como propositora de repasses metodológicos, mas, como meio de emancipação e despertar crítico para formação de novos cidadãos.

Nesse sentido, o presente trabalho busca apresentar ao leitor clareza diante da temática apresentada de forma a contribuir para outros pesquisadores coletar informações ao que se diz respeito a assuntos voltados a contribuição do Serviço Social na educação.

CAPITULO I: UM BREVE RESGATE SÓCIO-HISTÓRICO ACERCA DA POLITICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLITICA DE EDUCAÇÃO

Inicialmente a educação no Brasil colônia se revelou mediante o patrocínio dos jesuítas que durou cerca de duzentos e dez anos, na qual teve uma participação em colégios e paróquias nas vilas e povoados, mais acabou sendo interrompido quando foram expulsos de Portugal e suas por comando de Dom Pedro I. Somente trinta anos após a chamada descoberta do Brasil, tendo em vista a pouca preocupação por parte do Império Portugal a terra chamada de Santa Cruz tinha apenas a propensão de tirar lucro para a Metrópole tendo pouco interesse de povoá-lo. Contudo, podemos perceber o processo expansão da educação no Brasil como uma longa travessia, podendo imaginar como uma grande estrada tendo um horizonte infinito, porém havendo retrocessos, na qual muitos ficaram pra trás por conta dessa construção histórica.

O começo da colonização foi marcado por incontáveis dificuldades que encontraram na qual se destaca o fracasso das capitânicas hereditárias, visto que o Rei de Portugal encontrou uma nova maneira de conseguir o apoio e a defesa das capitânicas com a criação do Governo Geral, na qual tinha um representante pra conceder a obrigatoriedade desse apoio e defesa para tornar viável o processo da colonização, mas não aconteceu.

Alguns fatores levaram o governo português a mudar sua posição em relação à Colônia e, implementar a colonização como o fracasso das capitânicas hereditárias; a escassez do pau brasil na região costeira; a não submissão dos nativos ao trabalho escravo; as dificuldades e de encontrar ouro e pedras preciosas e os sérios riscos de perder o território para a França.(RIBEIRO, 2000, p13)

De acordo com a citação exposta o que causou o fracasso dessas capitânicas hereditárias foi a questão desse “descobrimento do Brasil”, pois com tanta utilização do pau brasil acabou acarretando sua escassez, sem deixar de indagar a não submissão dos nativos acerca do trabalho escravo na qual eram submetidos e o mesmos se recusavam a executar, e tendo em vista que não conseguiram encontrar

pedras preciosas para vender e sem levar em consideração os sérios riscos que o reino de Portugal tinha de perder seu território para a França.

Diante dessa situação a Coroa foi forçada a transformar a colonização em um povoamento, começando assim o cultivo da cana de açúcar em vastos latifúndios com produção em larga escala, na qual foi utilizado a mão-de-obra dos nativos, com a intenção de atender o mercado externo. Mediante isso fora necessária a urgente conversão dos chamados selvagens a fé cristã, pois eles não aceitavam trabalhar nas lavouras, e também atacam os povoados, os mesmos usavam a catequese como um meio viável de controlar os nativos criando condições favoráveis para o avanço da colonização mas em que contra partida obtiveram dificuldades para chegar ao objetivo esperado.

O processo de educação se iniciou em março de 1549 com a chegada dos jesuítas ao Brasil, que logo perceberam que não seria possível disseminar a fé católica sem que os nativos aprendessem a ler e a escrever, contudo, juntamente isso se concretizou com o governador Geral que era Tomé de Souza criando a primeira Escola Elementar Brasileira em Salvador.

Concebendo esse projeto educacional criou-se uma estratégia de associar a educação com a exploração de riquezas e do lucro do espaço aonde estava os índios emergindo um sistema admirativo, deste modo observa-se que os portugueses já tinham um plano sobre o processo educacional ademais os aspectos sociais para que os mesmos não aprende-se só as letras mais queriam uma transformação social, analisando e fundando a campanha dos Jesuítas.

De fato, os jesuítas empreenderam no Brasil uma significativa obra missionária e evangelizadora, especialmente fazendo uso de novas metodologias, das quais a educação escolar foi uma das mais poderosas e eficazes. Em matéria de educação escolar, os jesuítas souberam construir a sua hegemonia. Não apenas organizaram uma ampla 'rede' de escolas elementares e colégios, como o fizeram de modo muito organizado e contando com um projeto pedagógico uniforme e bem planejado, sendo o *Ratio Studiorum* sua expressão máxima. (SANGENIS, 2004, p.93)

Vejamos então quais eram os princípios estabelecidos na educação e como isso alterou a forma como os nativos viviam e sobre a sua cultura, diante dessa catequização que até então foi, além disso, fizeram com que os indígenas tivessem uma mudança radical na cultura brasileira, vale ressaltar que não agiram de forma

desorganizada, mas sim desenvolveram método de comunicação e aproximação para poder alcançar seus objetivos.

Alguns historiadores apontam que os padres jesuítas foram os primeiros pedagogos a disseminar a educação já outros discordam pois antes da chegada dos jesuítas já imperava a educação, os sermões dos padres era de forma direta e rudica para que pudesse disseminar o medo e a ideia de inferno e por isso tinha que seguir seus ensinamentos para os mesmos não fossem penalizados.

Paiva acredita que:

A compreensão que os portugueses tinham de sua realidade se expressava por meio de marcos teológicos cristãos, sedimentados ao longo de pelo menos 13 séculos, justificando a ordem social e o poder político, modelando o discurso, os valores, os comportamentos, os hábitos, a etiqueta, a visão de mundo, a relações interculturais, modelando cada gesto da vida social. A literatura o confirma sobejamente. Há que se explicar qual era essa teologia, qual a espiritualidade; qual o entendimento que delas tinha o homem comum. Embora distinguindo suas possíveis interpretações práticas, tem-se que afirmar a mesma qualidade de origem: a realidade era compreendida religiosamente; os homens viviam no círculo de Deus, Deus participando da vida dos homens. (PAIVA, 2012, p.24-25).

Compreende-se por tanto que os jesuítas já tinham o propósito de educar os nativos bem como os filhos dos portugueses baseada na doutrina da igreja católica deste modo fortalecendo um laço afetivo com os nativos, famílias e a comunidade podendo educa-los na fé cristã. Contudo, fica inevitável discorrer sobre a educação brasileira sem indagar o marco histórico que foi a campanha jesuíta e sua importância para a construção do currículo escolar, apesar de, a educação já tem ocorrido a décadas atrás é relevante descartar o quanto a educação brasileira atual carrega traços e marcas profundas que se propaga até esta década.

Entretanto com o Estado Novo a educação passou a ser regida pelo Estado, em (1759), por Marquês de Pombal e pelo primeiro ministro de D. José I. o Rei de Portugal, tiraram, portanto, a responsabilidade dos padres jesuítas e transferiram para o Estado. Em 1759 a Coroa Portuguesa através do alvará de 28 de julho extinguiu as escolas que possuem os ensinamentos jesuítas, ou seja, retirar essas ideias nas quais foram inseridas pelos mesmos e colocar Portugal no rol das nações avançadas, à vista disto os jesuítas foram expulsos do território de Portugal e o ensino passou a ser totalmente responsabilidade do Estado. Ensinando por tanto primeiras letras, retórica, e Filosofia como aulas régias que significa (avulsas).

Valendo ressaltar que a difusão da colônia brasileira sofreu muitos obstáculos para se conformar, citando dentre elas o pouco interesse que as pessoas tinham em frequentar as aulas régias , já que a inserção da ocupação da elite em cargos administrativos era por meio de hereditariedade e riquezas e não através da capacitação educacional.

Ressaltando que a maioria dos jovens estavam preocupados em fazer parte da milícia, sem contar a questão das doenças que assolavam as cidades aumentando a taxa de mortalidade infantil, não podendo esquecer que uma grande quantia significativa da população subsistia por meio da produção agrícola tomando seu espaço para outros fins.

Segundo (NEVES, RODRUGUES, ROSSI, 2009, p.49):

Outro obstáculo à difusão do ensino nas capitâneas era a aplicação indevida dos recursos do Subsídio Literário ou da Nova Contribuição Literária (da qual, inclusive, não temos notícia dos resultados financeiros) em outras atividades que os governadores consideravam prioritárias. Além da construção de fábricas de ferro e da criação de drogarias, por exemplo, os governadores propunham usar esse dinheiro para pagar pensões aos naturalistas, indenizar a metrópole pelos impressos enviados para serem vendidos na capitania, criar e preservar hortos botânicos e hospitais militares e pagar os remédios que vinham de fora para as boticas.

Mediante citado a cima, inúmeros fatores acarretou a dificuldade da difusão do ensino nas capitâneas, destacando as fábricas de ferro que retiam o tempo das pessoas e a introdução de drogarias que levaram os jovens a querer se recrutar para a malícia criando-se um empecilho a expansão do ensino.

[...] eles são quem nos infundem no espírito as primeiras imagens e os primeiros pensamentos que devemos ter do santo temor de Deus, da obediência ao Rey e aos seus Ministros respectivos, do amor e respeito aos nossos maiores, do afeto necessário á Pátria a aos interesses da Monarquia (ANDRADE, 1978, p. 122).

Mediante isso a importância da difusão do ensino para que pudesse civilizar o ensino e ao mesmo tempo haver uma dinâmica entre as pessoas para aumentar a produtividade para com a colônia brasileira para que ao mesmo tempo clamasse a Deus e servisse ao Rei com obediência disseminando a legitimação a monarquia.

1.1.1 EXPLANAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

As conquistas no campo dos direitos no Brasil tiveram intensa participação da sociedade como mecanismo de melhorias nas péssimas condições postas com a exploração e a falta de proteção e de garantia de direitos. A política social deve ser considerada como algo dinâmico, pois ela obedece aos ditames da conjuntura social, abrangendo todos os seus ângulos, podendo de acordo com o momento sócio histórico, avançar ou retroceder. (SANTOS 2015). Desde seus primórdios segundo o mesmo autor, as políticas estão associadas à construção da sociedade burguesa, junto ao processo de evolução do sistema capitalista, o qual desencadeou o antagonismo das classes sociais.

A trajetória das Políticas brasileiras possui em seu contexto histórico características de grandes reivindicações no meio social, tendo a população como ator social dentro desse momento, tais lutas são observadas também na construção da educação brasileira.

As transformações econômicas, históricas, culturais e sociais pelas quais passa o Brasil, constituem-se em um desafio para organização educacional na cidade e no campo, concorda-nos a olhar não só as dificuldades, mas as possibilidades existentes na transformação do processo educacional, os movimentos sociais populares vem evidenciando práticas significativas de resistência, com mobilização e organização popular na luta por direitos. (COSTA, 2012, p. 23)

Muitas foram às lutas e reivindicações em busca de melhoria e de concretização de direitos, pois em sua história no campo dos direitos sociais, o Brasil tem como característica a garantia tardia de políticas direcionadas a saúde, educação e demais setores que englobam a melhoria nas condições de vida da sociedade, isso não acontece apenas nas classes mais pobres urbanas mais também na população rural.

Com a Política de Educação não foi diferente, os primeiros resquícios de implantação de políticas educacionais foram observados nos anos da década de 1930:

Só a partir de 1930 ocorreram programas de escolarização considerados relevantes para as populações do campo. Sobre as ocorrências anteriores a 1930, cabe destacar, entre outras: o Plano de Educação de 1812 (governo de Dom João VI) inclui como um dos dispositivos “que no 1º grau da instrução pública se ensinariam aqueles conhecimentos que a todos são necessários, qualquer que seja seu estado, e, no 2º grau, todos os conhecimentos que são essenciais aos agricultores, aos artistas e comerciantes”. Em 1947 o governo iniciou um movimento de educação popular denominado “Campanha de Educação de Adultos”. (CALAZANS, 1993 *apud* COSTA, 2015, p. 63).

Ainda durante a década de 1930, mais precisamente em 1932, foi criado o documento do manifesto dos pioneiros o mesmo consolidava o ideário de um segmento da elite intelectual que, mesmo apresentando estilos ideológicos distintos, almejavam a possibilidade de intervir na organização da sociedade brasileira no que se refere à educação, trazendo em seu cerne modificações e modernização no campo da educação,

O Manifesto dos Pioneiros da Educação pode ser considerado um dos documentos mais importantes nesse processo de modernização da educação brasileira na medida em que define diretrizes de uma nova política educacional de ensino. (VIEIRA, 2007, p. 02)

Os anos de 1940 trouxeram particularidades, com a regulamentação das Leis Orgânicas de Educação, mais precisamente em 1942, na mesma década, em 1946, a Constituição desse ano, embasou através de uma discussão mais avançada a respeito da educação criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases- LDB. Os anos de 1950 foram caracterizados pelas adequações postas com a implantação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, em 1946, tendo como objetivo a qualificação da população para o atendimento das necessidades do mercado de trabalho.

A década posterior é marcada pela experiência tecnocrática no Brasil, conhecida como Ditadura militar, com o golpe de 1964, nesse período no campo da educação se deu a sanção da primeira LDB, mais precisamente em 1961 durante a gestão do Presidente João Goulart. Outro destaque na política de educação durante o período da década de 1960 foi à criação da Lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), os militares tinham como

objetivo através do MOBRAL a alfabetização de adultos e conseqüentemente a erradicação do analfabetismo no país. Segundo Silva (2014):

No Brasil as décadas de 60 e 70 foram momentos marcantes. Houve maior penetração do capital internacional na economia, resultando num crescimento das contradições do capital nacional desenvolvimentista. Em consequência disso houve o crescimento do movimento operário e camponês, o surgimento de partidos de esquerda e de grupos e entidades que almejavam a transformação da estrutura da sociedade, bem como o comprometimento de alguns setores das Igrejas com as lutas sociais. Houve também o crescimento e a difusão de experiências que viam na educação um dos instrumentos que proporcionaria uma maior conscientização política e social e uma participação transformadora das estruturas capitalistas presente na sociedade brasileira. (p. 02)

Após o enfraquecimento da Ditadura Militar na década de 1970, as mudanças no campo das políticas sociais se modificaram e avançaram, a redemocratização representou um marco histórico no campo dos direitos, a década de 1980 foi representativa no sentido de melhorias com o retorno da democracia. Essa década também traz em seus anos a Constituição Federal de 1988, que foi concebida de fato após um momento de autocracia militar e de amplas mobilizações em busca da redemocratização do país. No momento de sua preparação ocorreu ampla manifestação através de movimentos por parte da sociedade pela concretização de seus direitos fundamentais através da nova Lei vigente.

Em relação à participação dos movimentos populares no processo de discussão e elaboração da atual Constituição, Fullgraf (2001, p.36) destaca as contribuições da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em educação e dos grupos de defesa dos direitos humanos, principalmente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, os quais contribuíram para que creches e pré-escolas fossem integradas ao texto constitucional no âmbito da educação (ANDRADE, 2010, p. 32).

A partir da Constituição de 1988, foram abertas possibilidades de fiscalização das ações do governo por parte dos cidadãos, criando caminhos para a participação da sociedade, trazendo avanços em diferentes áreas da vida em sociedade. Na Educação Infantil não foi diferente, impulsionados pelas atuais concepções de infância e exigências legais tem-se criado novas políticas públicas.

A CF de 1988 também estabeleceu como responsabilidade da União proporcionar assistência técnica e financeira a todos os Estados, Distrito Federal e

aos Municípios do país a fim de concretizar igualdade de oportunidades e modelo básico de qualidade. De acordo com os elementos constitucionais, o atendimento direcionado ao ensino superior cabe à esfera Federal; aos Estados toca a responsabilidade pelo ensino médio e fundamental, aos municípios coube o atendimento a educação fundamental e infantil.

Com isso, ao preparar elementos sobre a responsabilidade da União para decretar sobre os princípios e bases da educação nacional, iniciou todo o procedimento para publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. O programa de Lei andou pela Assembleia Constituinte por oito anos. Segundo Saviani (2000), aconteceu contínuas variantes do Projeto, através da Câmara dos Deputados e do Senado, apresentado pelo senador Darcy Ribeiro.

Vários estudos, diagnósticos e análises foram direcionados ao documento da atual LDB, por divulgar a adaptação da legislação educacional referente à política educacional influenciada pelo neoliberalismo, inserida no país durante os anos da década de 1980. Segundo Pereira e Teixeira (1997, p.90), a despeito dos entraves ainda existentes, o texto da lei apresenta uma alternativa conceitual de educação que cogita uma nova grandeza ao desenvolvimento humano: Art. 1.º – “A educação compreende os procedimentos que se ampliam no contexto da vida em família, no convívio humano como também no trabalho em instituições direcionadas ao estudo e pesquisa, nas lutas sociais”.

A educação deve ser entendida como um processo de formação humana, que configura sua realidade, que constitui o homem. Ela compreende a totalidade das relações da sociedade e como um fenômeno cultural abrange o conjunto das transformações realizadas historicamente pelo homem. Como uma atividade teleológica, está sempre voltada para um horizonte, visando à preparação dos indivíduos para determinados fins. Uma modalidade de trabalho, que visa preparar os membros de uma comunidade para desempenharem funções de trabalho no sentido da atividade geral, uma ação que envolve os graus de consciência de cada momento.

Enquanto elemento da estrutura social, a educação apresenta limitações, mas também contribui para a compreensão da realidade. Ela possibilita a introdução do sujeito numa práxis transformadora. A educação, como prática efetiva, representa importante investimento na construção da cidadania, um dos pilares da socioeducação. Para que essa prática educativa seja práxis, é preciso que se dê no âmbito de um projeto que, além da intencionalidade, suponha condições objetivas de concretização. (SANTOS, 2012, p. 28).

A educação é um direito que está garantido na Constituição Federal Brasileira, desde 1988, no artigo 205, que diz: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade [...]”, sendo assim, todos sem exceção devem ter acesso à educação. (BRASIL, 1988, p. 123). Estamos cansados de sabermos que a educação pública é questão que envolve a responsabilidade e parceria do governo federal, estadual e municipal. A política pública é um sistema de ações sociais que compreende um esforço da sociedade e das instituições para garantir de forma permanente, os direitos de cidadania a todos, principalmente os mais necessitados que está a declive da pobreza e esquecido pelos políticos. Daí a necessidade da promoção de políticas públicas adequada seja na saúde ou na educação, aéreas estas que devem ter maior atenção.

O analfabetismo no Brasil é tido como um dos principais problemas enfrentados por todos os governantes, onde o direito a educação se torna escasso principalmente a população rural, gerando outras sérias consequências e problemas, como: diminuição de profissionais capacitados aumento de desemprego e agravamento de más condições de vida por conta do não investimento nas políticas pública e principalmente na política de educação. Ultrapassar também na ideologia, não apenas na ideia material, mas, contudo, subjetiva, Para isso Antônio e Lucini (2007) colocam:

Preparar para a vida, portanto, perpassa também o processo formativo desenvolvido na escola e ultrapassar um sentido individualista, em que caberia ao sujeito estabelecer a relação de sua formação com a realidade social e econômica. Esse vínculo adquire, no âmbito da educação popular, um caráter orgânico entre a formação escolar e inserção social dos sujeitos, que necessita ser explicitado no próprio processo das práticas educativas desenvolvidas (p. 08).

Para Freitas (2011) cabe à escola formar cidadãos críticos, reflexivos, conscientes de seus direitos e deveres, tornando-se aptos a contribuir para a construção e/ou desconstrução de uma sociedade visando à igualdade e justiça. Entretanto, sua função não está apenas em proporcionar a simples transmissão do conhecimento, tem o compromisso social para, além disso. Preocupa-se também em prover a capacidade do aluno de buscar informações segundo as exigências de seu campo profissional ou conforme as necessidades de seu desenvolvimento individual e social. A escola é uma instituição social de extrema relevância na sociedade, pois além de possuir o papel de fornecer preparação intelectual e moral dos alunos, ocorre também, a inserção social.

Na concepção de (BRANCALHÃO, 2003, p. 37)

A legislação brasileira situa a educação como uma política social com o compromisso de garantir direitos sociais e a lei é um instrumento para a construção da cidadania, entretanto, num país onde a inserção e a permanência na escola de um grande contingente de crianças e adolescentes oscilam entre a precária inclusão e a exclusão, pode-se considerar que a cidadania continua sendo uma abstração ideológica. A realidade, inexorável, denuncia que decretar a educação como direito não é suficiente.

O direito a educação é o direito que o indivíduo tem de se desenvolver em função de suas possibilidades e é preciso contribuir para que essas possibilidades se tornem reais e efetivas. A partir da LDB/96 o conceito amplo de educação passou a vigorar no país, pois estão inseridos outros aspectos da vida cultural e social do indivíduo, reafirmando a função social da escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 no seu artigo 1º preconiza que “a educação abrange os processos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. (BRASIL, 1996). A lei expressa que na educação está contida a condição formadora necessária ao desenvolvimento humano, não apenas na transmissão de conhecimentos, mas com a finalidade de propiciar integração individual e social a fim de evitar a exclusão social.

1.2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ESTRUTURA DO SISTEMA EDUCACIONAL

A educação contribui no processo de formação do indivíduo. Todavia, crê-se que ela deve fornecer aos indivíduos uma perspectiva integral, tornando-o capaz de pensar com lógica, de ter autonomia moral, ou seja, tornar-se cidadão. É um processo educativo para ser verdadeiro não deve se restringir à aquisição de habilidades e de conhecimentos. Deve sim, pressupor o desenvolvimento do indivíduo, assegurando-lhe o direito deste de participar vigorosamente no âmbito da sociedade, nas esferas do trabalho, do lazer, de cultura, etc.

Deve ser entendida como um processo de formação humana, que configura sua realidade, que constitui o homem. Ela compreende a totalidade das relações da sociedade e como um fenômeno cultural abrange o conjunto das transformações realizadas historicamente pelo homem. Como uma atividade teleológica, está sempre voltada para um horizonte, visando à preparação dos indivíduos para determinados fins. Uma modalidade de trabalho social, que visa preparar os membros de uma comunidade para desempenharem funções de trabalho no sentido da atividade geral, uma ação que envolve os graus de consciência de cada momento.

Segundo Morais (2015):

A educação deve ser fundamental voltada para a qualidade de ensino onde todos possam exercer uma ação democrática, garantindo cidadãos conscientes capaz de desenvolver um futuro profissional e área do conhecimento que melhor se adapte seus objetivos, é formar educandos para a cidadania ativa, a consciência política, ética, possibilitar a compreensão da realidade social em que vive e criar instrumentos para que possam atuar na transformação dessa realidade. (p. 88).

São valorizados suas práticas, atividades de casa, lutando para construir um espaço, lugar que se possa viver melhor se estude, trabalhe, seja respeitado, que participe ajudando nas comunidades buscando soluções concretas nas relações sociais, melhorando a vida em todas as dimensões desde a espiritual, cultural, até a econômica, tornando-os uma sociedade democrática. (MORAIS, 2015).

Processos de aprendizagem e linguagens da pedagogia escolar são inegáveis, a escola é palco de disputa sobre afirmação, rejeição ou resistência de

identidades. Desta forma a aprendizagem, a intervenção pedagógica leva o educando a desenvolver avanços que não ocorreriam espontaneamente.

Desse modo o sistema educacional é a porta aberta para que isso venha a acontecer, desde que os docentes tenham uma postura mais qualificada pesando em estratégias para combater qualquer tipo de preconceito (de classe social, gênero, etnia, religião, orientação sexual entre outros) que em termos legais, o princípio da educação inclusiva no Brasil está amparado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9394/96), que assegura o direito à escola de todas as pessoas sem discriminação de singularidades ou características específicas de indivíduos ou grupos humanos dentro do ambiente escolar, procurando acima de tudo respeitar a condição do outro.

Como já discorrido anteriormente a Política de Educação com as demais políticas perpassaram por diversas transformações e avanços, a fim de se adequarem a fórmulas que atendessem de maneira mais eficaz as necessidades da sociedade em constante transformação, para isso foram desenvolvidas estratégias e modificações na organização e distribuição de alunos por faixa etária e elementos cognitivos a fim de melhorar e qualificar o ensino de acordo com as determinações de cada fase do desenvolvimento humano.

Os anos de 1980 foram significativos para concretização de direitos, nesse período foi implantada a expressão “Educação Básica” formada pela educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Em seu art.29, a LDB define a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, definindo-se dois momentos distintos em seu âmbito de 0 a 3 anos de idade, quando a educação é ofertada em creches ou entidades equivalentes e de 4 á 6 anos de idade, quando a educação ocorre na pré-escola.

O Ensino fundamental segundo a LDB apresenta-se como a segunda Etapa da educação Básica, para alunos compreendidos entre 06 e 14 anos, oferta a formação básica do cidadão,

I. Desenvolvimento da capacidade de aprender tendo como meio básico o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. II. A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade. III. O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores. IV. O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (LDB nº. 9394/96 Art. 32, I a IV).

O ensino médio se estabelece como etapa final da educação básica,

Objetiva a consolidação e aprofundamento dos objetivos adquiridos no ensino fundamental. Tem a duração mínima de três anos, com ingresso a partir dos quinze anos de idade. Embora atualmente a matrícula neste nível de ensino não seja obrigatória, a Constituição Federal de 1988 determina a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade da sua oferta. (MEC, 2019).

A educação superior tem como algumas de suas finalidades: “o estímulo à criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica”. (SANTOS, 2014, P. 26). Buscando assim, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.

Deve obrigatoriamente abranger diversos cursos em várias áreas para que o aluno possa iniciar sua aptidão nas áreas profissionais. A promoção à educação de ensino superior inicia-se a partir dos 18 anos, seu término varia de acordo com o curso.

A legislação a Educação traz desafios também para os municípios, que integram a política estadual e nacional, buscando juntar esforços para as ações do governo, organizando os Fóruns de Educação em vários estados brasileiros, que se constituem de um espaço de socialização das leis vigentes, regulamentação e integração, financiamento e formação dos profissionais. (MARQUES, 2016, p. 25).

A Educação de Jovens e Adultos- EJA, caracteriza-se como segundo a LDB, nas suas etapas fundamental e média, “destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudo no ensino fundamental e médio na idade própria”. (LDB, art 37). No que se refere à educação especial, o Art. 208 da CF integra como dever

do Estado a efetiva garantia ao “III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). É sempre frisado na lei que a inclusão é preferencial na rede pública de ensino, buscando atingir a todos os indivíduos, todavia, os pais ainda preferem a rede particular de ensino, e a lei é clara a inclusão deve ser possibilitada a todas as vertentes de ensino, e a rede particular está pautada pelas mesmas obrigações da lei pública.

A lei de aparato a pessoa com deficiência e a sua inclusão na escola ainda estava pautada apenas em alguns artigos, e voltados a uma integração quase inativa, casos mais graves não poderiam ser incluídos. Todavia, em 1994 houve a Conferência Mundial de Educação Especial na cidade de Salamanca na Espanha, onde foi formada a Declaração de Salamanca que versava sobre os princípios, políticas e prática na área das necessidades Educativas Especiais. Essa declaração visava garantir o acesso à educação às pessoas com necessidades educativas especiais, e a completa integração da Educação Especial no sistema de ensino. (UNESCO, 1994).

O quadro abaixo traz a explicação dos níveis de modalidade de acordo com a faixa etária e a responsabilidades de cada esfera de governo em relação ao sistema administrativo.

Quadro 1: Conforme o art. 21 da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 a Estrutura da Educação

NÍVEIS/ MODALIDADES	DURAÇÃO	SISTEMA ADMINISTRATIVO
Educação Infantil	05 ANOS	MUNICÍPIO
Creche	0 aos 3 anos	
Pré escola	3 aos 5 anos	
Ensino Fundamental	09 ANOS- 6 aos 14 anos	Estados e Municípios
Ensino Médio	03 ANOS 15 aos 17 anos	Estado
Ensino Superior	Após os 18 anos	Federal
Educação de Jovens e Adultos	Mínimo de 15 anos E. F Mínimo de 18 anos E. M.	Estado e Municípios

Educação Profissional	A partir dos 15 anos	Estado e Federal
Educação Especial	Todos	Todos

Fonte: Brasil. MEC. INEP, 2000

A LDB atual N^o. 9394/96 apresenta como Estrutura e Funcionamento, duas dimensões: vertical- diferentes níveis de ensino (educação básica e ensino superior); horizontal- diferentes modalidades de ensino (educação de jovens e adultos, educação profissional e educação especial). (LDB, 2016). É através dessas divisões que o Estado procura fazer uma relação da proposta para a ação, onde o cumprimento desta, a sua verdadeira efetivação se dá por conta do professor e escola. Estar realmente interessado em fazer a Educação Infantil um espaço da criança para seu integral desenvolvimento é a questão primordial de uma educação humana que acredita nas suas potencialidades.

A escola representa uma das principais instituições da sociedade e nela estão presentes os processos históricos, culturais, econômicos, sociais, políticos, éticos e psicológicos; sendo assim encontramos também todas as tensões, conflitos e antagonismos inseridos na convivência coletiva. Para Barbato e Maciel (2010, p.30), “a escola como espaço coletivo, educacional, constitui-se em lócus privilegiado de convívio solidário entre pessoas diferentes”.

A grande meta da escola é segundo Paulo Freire (1997) “Educar para a Vida”. Torna-se essencial que a escola integre com a comunidade nas ações desenvolvidas propiciando um ambiente democrático e conhecendo os aspectos sociais e culturais daquele território no qual está inserida. Com todo aparato legal que direciona o fazer do sistema escolar na busca de uma educação inclusiva, requer que a escola tenha como objetivo estimular o potencial do aluno considerando as diferenças socioculturais em favor da aquisição de conhecimento e do seu desenvolvimento global. Para o alcance desse objetivo é imprescindível que a escola promova o desenvolvimento afetivo, moral, cognitivo e de personalidade propiciando ao aluno formas diversificadas de aprender com base no respeito à sua história e trajetória de vida.

CAPÍTULO II: CARACTERIZAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A DIMENSÃO INVESTIGATIVA DO EXERCÍCIO DA PRÁTICA PROFISSIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR

2.1 AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA ÁREA EDUCACIONAL

O conceito de “Questão Social” usualmente poderá induzir o leitor a associar o termo aos problemas sociais que envolvem a população mais necessitada e carente da sociedade. Marli Silva(2001), Analisou o termo com base nas Obras de Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Maria Carmelita Yazbek e Pereira encontrado entre os autores o consenso sobre a teoria da origem da questão social e seus desdobramentos acerca de sua emergência, e o desenvolvimento a cinto da sociedade capitalista, junto ao processo de acumulação capitalista, e conseqüentemente a exploração do trabalho pelo giro do capital.

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais (IAMAMOTO, 2001, p. 17)

Como dito ainda sobre as expressões da questão social a autora destaca:

O retrocesso no emprego, a distribuição regressiva de renda e a ampliação da pobreza, acentuando as desigualdades nos estratos socioeconômicos, de gênero e localização geográfica urbana e rural, além de queda nos níveis educacionais dos jovens (...) cresceu a disparidade entre o rendimento de 40% das famílias mais pobres e o rendimento das 10% famílias mais ricas (IAMAMOTO, 2012, p.147).

Como bem desvendado pela autora (2012, p.129), “a modernidade das forças produtivas do trabalho social convive com padrões retrógrados nas relações de trabalho, radicalizando a questão social”. Dentro desse contexto, de acirramento entre capital e trabalho, e da radicalização da questão social, que se delineia a atuação do serviço social perante a atualidade.

Diante disto a atuação do profissional não se delimita apenas a um mero executor de sua função deve se colocar de frente a linha de batalha, ou seja, de forma propositiva para assim conseguir enxergar sua totalidade tendo uma visão ampla a cerca da realidade imposta para a sua atuação. Para assim alvitrar propostas criativas e intervenções eficazes no intuito de poder garantir os direitos da classe trabalhadora,

Como assinala lamamoto (2009, p.372):

Os assistentes sociais estão sendo chamados a atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais. Ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas ao controle social à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos e projetos sociais, ao acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos sociais.

A atuação do Assistente Social, como bem descrito, é orientado pelo projeto ético-político da profissão. Assim, tanto nas intervenções quanto nas execuções, e nas formulações e planejamentos de políticas públicas, o agir profissional deve estar orientado no compromisso da transformação social da classe trabalhadora.

Visto que a escola em um sentido mais amplo é um espaço de luta social e projetos sociais antagônicos entre a reprodução das desigualdades sociais e a produção de uma possível relação de construção de luta contra hegemônica das classes, tanto no processo da vida social quanto na sociedade capitalista, se apresenta tão na exclusão-inclusão no presente cotidiano valendo ressaltar principalmente em instituições de aprendizado.

Por isso é tão primordial essa relação da comunidade para com as instituições mantendo o diálogo, mobilizando encontros, fortalecendo a politização das reflexões e dos sujeitos coletivo para que haja de fato uma democratização no âmbito escolar, tendo uma viabilização de acesso a ampliação da democratização da gestão escolar e das instâncias de representação colegiadas, que são legalmente instituídas nas escolas, tendo acesso a diálogos, participação e luta de interesses coletivos.

Outra questão a se ressaltar é a necessidade da reconfiguração da escola em vista com o diálogo entre educadores e famílias, corroborando as diferenças culturais, sociais e educacionais, que ocorre no imaginário dos educadores na relação entre aluno/família. É preciso decodificar as marcas de abandono, subalternidade, trazidas pelas crianças, adolescentes e suas famílias, que revelam a condição de classe social à qual pertencem e que são desvalorizados por não estarem condizentes com o “padrão” da sociedade burguesa, muitas vezes imposto pela escola. Dessa forma, o fracasso e a evasão escolar são focados nos indivíduos (estudantes/famílias) justificando a falta de mérito para atingir o sucesso escolar, culpabilizando-se por todas as dificuldades que enfrentam na trajetória de vida social especialmente, escolar. (MARTINS, 2015, p. 11)

Conforme citado é importante estabelecer o elo entre família e aluno pois as expressões da questão social se refletem no âmbito escolar, com isto é necessária essa articulação tendo uma aproximação dos educadores acoplado com as famílias e vice-versa na tentativa de amenizar essas expressões que perpetua na vida escolar. Em virtude de posturas e atitudes acabam desvelando uma desvalorização do saber e conseqüentemente um afastamento dos mesmos com os educadores, por conta dos impactos das vivências de realidade, prejudicando o recíproco reconhecimento do ensino-aprendizagem.

Para Almeida, (2000, p.12):

Por essa razão a educação escolarizada ao passo que se constitui em expressão da dominação e controle do capital é ao mesmo tempo objeto das lutas das classes subalternas pela sua emancipação política. A arena da luta política e da disputa pela direção dos projetos societários e educacionais determina na sociedade capitalista a possibilidade de diferentes contornos da relação do Estado com a sociedade civil.

Vejamos então a contradição entre burguesia e proletariado aonde podemos visualizar e citar dentro do contexto da educação a relação de poder do capitalismo e ao mesmo tempo um objeto de luta entre a classe subalterna para obter emancipação política, relacionando-se pela direção de projetos societários e educacionais e a luta de poder que determina na sociedade a relação entre sociedade e Estado.

Logo, analisamos o cotidiano escolar, aonde podemos visualizar as diferentes oportunidades dada aos alunos oriundos de classes populares, que muitas vezes não permanecem por conta do apoio necessário referente ao acesso aos seus direitos, (outras políticas sociais), que proporciona o bem estar para que os mesmos

jazam no âmbito escolar, visto que, o acesso a educação em tese oferece oportunidade para todos.

O sistema de ensino também se materializa como um espaço de concretização de direitos, por isso que a contribuição do serviço social encontrar-se estritamente ligado a garantia de direitos no meio escolar, que nos remete a realidade social, política, econômica e cultural, mas que toda via não são identificados no cotidiano dos alunos, e acaba ficando ao largo das políticas educacionais.

Dado a complexidade da realidade social na qual estão inseridos e com a crescente percepção de que a escola esteja fincada nessa esfera, é conciso aprofundar essa relação juntamente com discussões que aloquem a função social na escola como uma forma de aproximar a família ao contexto escolar.

De acordo com Gentili (2005, p. 11):

A maneira como a escola trata a pobreza constitui uma avaliação importante do êxito de um sistema educacional. Crianças vindas de famílias pobres são, em geral, as que têm menos êxito, se avaliadas através dos procedimentos convencionais de medida e as mais difíceis de serem ensinadas através dos métodos tradicionais. Elas são as que têm menos poder na escola, são as menos capazes de fazer valer suas reivindicações ou de insistir para que suas necessidades sejam satisfeitas, mas são, por outro lado, as que mais dependem da escola para obter sua educação.

Diante disto, é debatida a compleição de programas compensatórios na educação com a finalidade de melhorar a qualidade da educação pública no Brasil, contudo é preciso ficar atento para algumas questões primeiramente ressaltando a falta de estrutura das escolas causada pela má distribuição de renda que acaba afetando negativamente a qualidade de aprendizagem.

Visto que a grande maioria das escolas públicas se encontra em situações precárias, sem recursos físicos e financeiros imprescindíveis para a melhoria da qualidade das práticas educacionais. A escola pública requer alterações tanto no currículo quanto nas avaliações tendo práticas que valorizem a construção de um conhecimento mais abrangente para a educação, sem deixar de considerar os outros saberes e as múltiplas formas de aprendizagem.

Por isso que a educação e a pobreza são temas tratados pelos órgãos governamentais e pela sociedade civil, na qual por um lado a educação é um fator

determinante para o futuro do país, porém já a pobreza é uma barreira para a educação, por isso esta contradição é discutida pelos órgãos governamentais com tanta prescrição.

As políticas sociais são criadas já com o intuito de minimizar a pobreza no Brasil, mais de 50% da população acima de seus 10 anos de idade estão em situação precária, de acordo com o IBGE (2010), por isso que a educação se dar em diferentes espaços e é por isso que as crianças pobres tem ao mesmo tempo acesso à escola como principal modo de aprendizagem. O fato é que a escola precisa enfrentar a pobreza como um fator decisivo da realidade social e que com isto o sistema educacional deve empenhar esforços no sentido de tornar a aprendizagem adequada para os estudantes e assim tornar possível mediante a necessidade real na qual vivem.

O sistema educacional era no início do séc. XX, de segregação, escola para ricos e escola para pobres. Após as lutas dos diferentes movimentos sociais as distâncias diminuíram, ou seja, a educação formal ficou mais acessível, com garantias legais. O direito à educação previsto no art.205 da Constituição Federal do Brasil de 1988, no art. 28 da convenção da ONU5 , 1989 sobre os direitos da criança e na LDB, 1996, Título III Do Direito à Educação e do dever de educar, representando igualdade de acesso e permanência para todos ainda não atinge a todas as classes. Crianças pobres, proletárias, de minorias étnicas continuam tendo desempenho inferior, maior probabilidade de reprovação e evasão escolar e menos chances de chegar à universidade. Essa afirmativa é a confirmação do chamado “ciclo de pobreza” no qual o baixo rendimento escolar leva ao fracasso no mercado de trabalho e à continuidade da pobreza na próxima geração. (BRITO; ARRUDA; CONTRERAS, 2015, p 5,6).

Visualizamos então que a educação era apartada por classes na qual esta tinha escola para ricos e para pobres formando assim uma contradição antagônica, porem com a luta das classes subalternas isto foi se modelando aos poucos, notando mudanças passíveis de vitórias tornando a educação equivalente ao direitos legais concedidos pela Constituição Federal do Brasil de 1988.

A escola como uma instituição de ensino e representante relativo de poder do Estado não pode se omitir as adversidades que encontram no cotidiano escolar, e nem se livrando do problema, pelo contrário deve-se propor mudanças no método de trabalho, contribuindo assim para que todos os alunos mediante da classe tenha acesso por igual as devidas condições de aprendizado e de desenvolvimento

Todo tem a mesma condição de aprender então o que difere as condições sociais sendo que a capacidade de aprendizagem iguala, independentemente do contexto em que o indivíduo se encontra ou realidade social, só porque uma criança pobre não tem o mesmo acesso à educação que outras com condições melhores não vá se desenvolver da mesma forma, e por isso não quer dizer que não vá vim a aprender o mesmo conteúdo.

Contudo, todos tem a mesma capacidade de aprendizado o que pode implicar são as condições socioeconômicas que se encontram para o desenvolvimento desta aprendizagem, e é nesse sentido que a educação vem falhando, perpetuando a diferenciação de “escolas para pobres” e “escolas para a elite”.

Desse modo o questionamento de Dubet sobre o que é uma escola justa (2004, p.540):

A definição do que seria uma escola justa é das mais complexas, ou mesmo das mais ambíguas, pois podemos definir justiça de diferentes maneiras. Por exemplo, a escola justa deve: - Ser puramente meritocrática, com uma competição escolar justa entre os alunos social e individualmente desiguais? - Compensar as desigualdades sociais, dando mais aos quem têm menos, rompendo assim com o que seria uma rígida igualdade? – Garantir a todos os alunos o que seria um mínimo de conhecimentos e competências? – Preocupar-se principalmente com a integração de todos os alunos na sociedade e com a utilidade de sua formação? – Tentar fazer com que as desigualdades escolares não tenham demasiadas consequências sobre as desigualdades sociais? - Permitir que cada um desenvolva seus talentos específicos, independentemente de seu desempenho escolar?

Diante desta análise definir o que é uma escola justa entra em contradição, pois ao mesmo tempo que leva o ideal de uma escola democrática aonde as conquistadas individuais são em função do próprio mérito, ou seja, do esforço e talentos, também se questiona em direitos e acessos de condições iguais dentro da escola, onde deve ter oportunidades idênticas.

As Instituições escolares não podem ser abrangidas como autônomas em relação ao contexto de inclusão social, de forma a observar que as mudanças isoladas advinda de seu interior de forma isolada nas questões estruturais da sociedade de classes, não são satisfatórias para que de fato ocorra uma implantação de educação inclusiva.

O que decorre que mesmo de forma significativa a escola não venha a mudar, porém os atores podem ser fundamentais nesse papel cotidiano para buscar a emancipação social, assim tendo por base que a mudança na sociedade e nos métodos escolares são comuns no cotidiano e que é preciso romper as barreiras antigas.

Indagamos ainda a questão de se manter continuamente neles, possamos investigar: qual a real análise da inclusão social no Brasil? Como está ocorrendo a trajetória dentro das escolas? Os alunos de fato sofrem preconceitos? Os mesmos estão sendo incluídos, excluídos ou ambos?

Com isso muitos desafios e barreiras são enfrentados pelos alunos de escola pública, podem ser amenizados ou minimizados se os mesmos forem identificados para poder minimizar, frequentemente as escolas acabam detendo dos recursos mais do que deveriam utilizá-los.

Conforme Booth e Ainscow (2002, p.9):

Recursos não se referem apenas a dinheiro. Tal como as barreiras, eles podem ser encontrados em qualquer aspecto de uma escola; nos estudantes, pais e responsáveis, comunidades e professores; nas mudanças nas culturas, políticas e práticas. Os recursos nos estudantes, em suas capacidades de dirigir sua própria aprendizagem e apoiar a aprendizagem uns dos outros, podem ser particularmente subutilizados, assim como também pode o potencial do Pessoal em apoiar o desenvolvimento uns dos outros.

Essa utilização não se refere somente ao dinheiro como já mencionado, mas a outros aspectos como na sua própria capacidade de aprendizado como também no envolvimento de mudanças culturais, políticas e no enquadramento social dos alunos. Por tanto partimos da hipótese que a pobreza acaba por interferir diretamente no processo de aprendizagem dos alunos, por conta do acesso delimitado que os mesmos têm ao acesso de conhecimento na qual lhe são proporcionados, pois se construí essas hipóteses em cima de estruturas econômicas, vulnerabilidade social, renda familiar em situação precária com má alimentação, problemas de saúde, moradias arriscadas, e tendo ambientes inadequadas para o acesso aos estudos.

Se tomássemos ao “pé da lei”, identificaremos que os direitos são iguais para todos, independente da classe qual pertença, observamos isso dentro da constituição Federal de 1988, no capítulo III, seção I, que trata da educação.

Vejamos então:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988. Sem grifos no original).

Deste modo a aprendizagem dos alunos pode ser afetada, entretanto como na constituição mesmo destaca que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, precisa da colaboração fundamental da sociedade e dos profissionais da educação na tentativa de mudança de realidade ao lado das famílias que tem papel fundamental como agente transformador, sabendo que no papel por si é o bastante para colocar em prática a educação igual para todos.

2.2 AS DIMENSÕES DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

A atuação do serviço social surgiu no campo da educação em 1906, Nos Estados Unidos, quando os Centros Sociais indicavam visitantes aos bairros para manter uma ligação com as escolas, para poder tentar identificar o motivo que as famílias não estavam enviando seus filhos para a escola, a razão de ter evasão escolar, a falta de aproveitamentos dos alunos na escola e a adaptação dos mesmos no ambiente escolar.

A mesma prática era desenvolvida na Europa só que no campo assistencial, todavia com crianças que eram abandonadas ou órfãs, mães solteiras, colocando-as em lares substitutos e em última estância para adoção e em serviços em instituições fechadas, a presença do serviço social na área da educação se faz presente desde a origem dos processos sócio históricos da profissão e desde seus primórdios a atuação do assistente social tem sido de cunho educativo.

Nas chamadas “grandes instituições”, uma vez que as expressões da questão social eram vistas exclusivamente como um problema de “educação”, uma vez que deveriam ser “tratados” como uma reeducação e ajustamento com a sociedade. Somente a partir da década de 1990 que a educação é vista como um espaço de atuação do assistente social, com o amadurecimento do projeto ético-político que foi possível visualizar uma crescente demanda do Serviço Social na educação, visto

que nesse espaço é possível abranger a atuação com a elaboração, execução e a avaliação de projetos educacionais, bem com a intervenção com os usuários frente as complexidades apresentadas nas instituições.

Refletindo um crescente interesse dos profissionais por este espaço sócio-ocupacional, e aparência teórico- metodológico e prático, abrindo um ambiente com o intuito de objeto de pesquisa, citando o campo interventivo, especialmente na esfera pública, marcando o aumento significativo da contratação desses profissionais para integrar a equipe profissional das escolas.

Para (CRUZ, SANTANA, PONTES, MEDEIROS, 2013, p 4):

O conjunto CFESS/CRESS, tem debatido sobre essa temática, através do Grupo de Trabalho do Serviço Social na Educação, elaborando documentos e textos para subsidiar esta inserção, a produção mais recente é a brochura “Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” que discorre sobre o processo de luta dos profissionais neste campo, justificando e pontuando a importância profissional nesta área, prova do interesse dos/as profissionais por este campo de atuação, é a PLC nº 060/2007, que busca efetivar de forma jurídica a inserção do Serviço Social na Política de Educação.

De acordo com a supra citação é notável como o Serviço Social na área educacional é fundamental para conseguir minimizar os efeitos da questão social entre os alunos e para isso ocorrer foram feitos vários debates em congressos voltados para a importância da atuação interventiva na área da educação em conjunto com o CFESS/CRESS.

Contudo, a contribuição do serviço social para a garantia e efetivação do direito à educação é regulamentada (Lei nº8662 de 07 de junho de 1993), que define como competência do assistente social, diante o art.4º: “elaborar, coordena, executar e avaliar planos, programas e projetos, que seja no âmbito da atuação do serviço social com a participação da sociedade civil.” Por isso que a educação é uma política social pública na qual o assistente social está inscrito na constituição.

Discorrer acerca dessa contribuição dos assistentes sociais na legitimação do direito a educação nos leva de forma obrigatória a adentrar na realidade social, política, econômica, cultural, mas que nem sempre é passível de identificação no cotidiano da instituição. Tendo em vista essa dada realidade social e a crescente percepção que a escola se encontra neste processo, é necessário o

aprofundamento desta discussão aonde se coloque essa relação junto a função social para que se mantenha uma aproximação da família com a escola, pois o trabalho do assistente social é criar estratégias de inclusão de crianças, adolescentes e adolescentes e adultos, mais não só no âmbito escolar, mais na sociedade em geral.

Segundo as palavras de (CRUZ, SANTANA, PONTES, MEDEIROS, 2013, p 5):

Vale salientar que o Serviço Social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes; podemos buscar meios para identificar fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto e realizar encaminhamentos aos serviços sociais e assistenciais caso seja necessário para as famílias e estudantes, sobretudo os que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Com isso vemos nitidamente como é importante a presença do serviço social no âmbito educacional de forma que venha a construir um leque de possibilidade e alternativas para tentar minimizar os impactos da realidade social dos alunos com o seu papel de interventor das políticas públicas e assim possibilitando a efetivação dos direitos dos mesmos.

Então novamente salientando como é fácil de compreender a importância desse profissional nas instituições sendo como um dos principais responsáveis em tornar possível a aproximação das famílias no cotidiano escolar nessa relação família-aluno-escola. Citando assim mais atribuições e competências do Assistente Social na Educação (MARTINS, 1999, p70):

Melhorar as condições de vida e sobrevivência das famílias e alunos; favorecer a abertura de canais de interferência dos sujeitos nos processos decisórios da escola (os conselhos de classe); ampliar o acervo de informações e conhecimentos, acerca do social na comunidade escolar; estimular a vivência e o aprendizado do processo democrático no interior da escola e com a comunidade; fortalecer as ações coletivas; efetivar pesquisas que possam contribuir com a análise da realidade social dos alunos e de suas famílias; maximizar a utilização dos recursos da comunidade; contribuir com a formação profissional de novos assistentes sociais, disponibilizando campo de estágio adequado às novas exigências do perfil profissional.

Com isso, podemos evidenciar as dimensões teórico-metodológica ético-política e técnico-operativa do assistente social nas políticas educacionais, que vem a contribuir para a resolução dos problemas sociais, na qual desdobra-se em atendimentos sociais aos alunos, famílias e comunidades, com o intuito de fazer encaminhamentos, informações, orientações, elaborações e implantações de projetos de cunho educativo.

Observando assim que para se afetar os alunos de forma integral é preciso unir-se com as famílias com práticas interventivas neste processo, nas dimensões atuais dos trabalhos desenvolvidos pelos profissionais desempenha-se em diversas instâncias em escolas públicas como : Conselhos Escolares, Associação de Pais, e Professores e Grêmios escolares, estando literalmente em todo espaço sócio-ocupacional escolar.

Diante disto no (CEFSS,2014, p 26):

As atribuições e competências dos/as assistentes sociais, sejam aquelas realizadas na educação ou em qualquer outro espaço sócio-ocupacional, são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Estes instrumentos afirmam a concepção de projeto ético-político profissional hegemônica no serviço social brasileiro, gestada desde o final dos anos 1970. Tais princípios, direitos e deveres, articulados às atribuições e competências, devem ser observados e respeitados tanto pelos/ as profissionais, quanto pelas instituições empregadoras.

Virmos então como a profissão é norteadada pelo código de ética, na qual todas nossas ações se firmam nele, e se regulamenta pela Lei 8.662/1993, bem como as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, fazendo assim valer o comprometimento desses profissionais com a sociedade civil. Recentemente foi promulgada a lei de 13.935/2019, na qual dispõe a obrigatoriedade do serviço social e da psicologia na educação básica, que foi anunciado no dia 12 de dezembro de 2019, na qual essa lei foi promulgada pelo Presidente da República.

Após mobilização, luta, reivindicações tanto pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), para assim atender as necessidades e as prioridades definidas pela política de educação por meio dessa equipe multiprofissional, que irão desenvolver ações para a melhoria da qualidade de aprendizagem dos alunos.

Então nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais. § 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais. § 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino. Art. 2º Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições. Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 11 de dezembro de 2019; 198ª da Independência e 131ª da República.

Vejamos então agora diante da lei a aprovação da PL nº 3.688/2000, que se encontra escrito na Constituição Federal, na qual 319 deputadas (os), 65 senadoras (es), votaram para derrubar o veto, contra 62 deputadas (os), e 2 senadoras (es), defenderam a favor da manutenção do Presidente da República. Sem dúvida essa promulgação é umas das maiores conquistas para a educação básica diante dessa atual conjuntura de retrocessos e desmontes nas políticas sociais, foram quase duas décadas para que essa lei foi aprovada, duas décadas de mobilizações, luta, reivindicações para que a profissão fosse obrigatória na rede básica de educação.

O conjunto CFESS/CRESS e o CFP, ao lado de outras entidades que defende a continua partindo em defesa da inserção desses profissionais na educação básica, pois os maiores beneficiários por esta lei são estudantes/famílias, a sociedade em geral e principalmente a política de educacional que terá dada a sua devida importância. Então voltando a indagar que foram praticamente duas décadas para que a PL Educação, virasse a lei de nº 13.935/2019, contando com várias lutas, e vitórias coletivas que foi contato com o apoio das entidades do CFESS,CRESS e CPF, como já discorrido a cima, destacando o Encontro Nacional CFESS- CRESS de 2001, aonde foi debatido a primeiras propostas acerca da inserção desses profissionais tendo ao longo dos anos notas e documentos sobre o projeto.

Além de incontáveis reuniões, audiências, votações no Congresso Nacional, ressaltando que só em 2015 que a PL da educação foi aprovada na CCJ, (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania). Mais como discorrido no texto o então

Presidente da República Jair Messias Bolsonaro vetou integralmente a proposta que garantia o atendimento dos profissionais na área, onde a PL foi aprovada pela câmara dos deputados, na forma de um suplente que foi elaborado pelo Senado.

Depois que o mesmo ouviu o Ministro da Saúde e da Educação, decidiu por vetar o projeto alegando inadequação da lei e contrariedade ao interesse público, mostrando total insensibilidade pelo tema, reforçando assim a postura levada pelos profissionais para derrubar este veto.

Segundo o CFESS, 2019:

Uma das justificativas do veto é de que a proposta cria despesas sem indicar fonte de receita e impactos orçamentários. O CFP e o CFESS lamentam que o tema seja avaliado como despesa ao invés de investimento, e que esse tenha sido o único critério apresentado como justificativa ao veto. A medida traria inclusive economia ao Governo Federal, que minimizaria gastos que chegam ao Sistema Público de Saúde decorrente de problemas nas escolas. O projeto apresenta uma alternativa ao Poder Executivo para o enfrentar a violência que assola as escolas brasileiras. Ademais, no texto do projeto de lei está previsto que os gestores terão (1) um ano para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições, podendo, assim, realizar a adequação e compatibilidade com as normas orçamentárias e financeiras. (p.1)

Diante do exposto é ressaltada a justificativa de impactos orçamentais onde foi mencionado que traria despesas ao invés de investimentos onde foi argumentado que o projeto criaria despesas obrigatórias sendo que não tinha indicado a fonte de custeio, no entanto, este veto foi derrubado pelo Congresso Nacional, sendo assim a provada da lei 13.935/2019, efetivando mais uma conquista para categoria do serviço social e da psicologia.

Adentrando em um contexto atual onde a categoria dos profissionais de serviço social está na linha de frente no meio de uma pandemia de uma doença que se chama Covid-19, que estão trabalhando diretamente com a população nas diferentes dimensões das políticas sociais e públicas se colocando frente dessa pandemia. Com a propagação vertiginosa do Covid-19, foi adotada medidas drásticas por parte do governo para seu enfrentamento citando o fechamento temporário das escolas, para poder proteger as crianças e os jovens dessa doença, porém com esta interrupção acaba prejudicando o processo de aprendizagem principalmente para as crianças em situação de vulnerabilidade social, tendo essa ausência entre professor e aluno irá afetar no processo de aprendizagem deles.

Se elevando também o aumento da taxa de evasão escolar por parte dos alunos e famílias que se encontra em uma situação vulnerável, com a interrupção das aulas acaba por desestruturar a rede de proteção básica, pois em muitas escolas a merenda escolar é a única refeição escolar que estas crianças têm. Para poder lidar com estes fechamentos muitas escolas estão adotando outras medidas para não atingir negativamente estes alunos que estão sem aulas, a maioria das secretarias estaduais e municipais estão adotando o ensino a distância e distribuindo alimentos para as famílias dos estudantes

Com este foco de ensino a distância percebemos nitidamente a desigualdade no acesso a ferramenta de acesso para a utilização desse método proposto pelo país, tendo ainda a desigualdade socioeconômica referente as diferentes conectividades de cada região brasileira tanto no meio urbano quanto no rural, vendo o quanto é preciso o papel do profissional do assistente social mediante tal situação que o Brasil enfrenta atualmente. De acordo com a Constituição federal Capítulo III Da Educação, da Cultura, desporto, Seção I da Educação:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Não basta ser ofertada qualquer educação como já pressuposto a cima educação é direitos de todos sem exceção e obrigatoriamente dever do Estado e inclusive da família, tudo pelo pleno desenvolvimento profissional adequado me meio aos novos tempos. Tendo em vista discorrido a cima e mostrado os desafios que o assistente social está enfrentando por conta dessa doença e recebendo os impactos causados pelo mesmo principalmente a educação, logo agora que conseguiram mais uma conquista para sua categoria, nada mais justo como colocar em ação o que são capaz de propiciar para sociedade em geral diante desta crise na qual estão o país se encontra.

Na qual deveria criar centenas de vagas para os profissionais, mediante mais um enfrentamento e desafio para os profissionais que abalou a economia mundial. Acarretando uma crise mundial justamente quando é aprovada a lei tendo mais este desafio para superar tanto os assistentes sociais quanto os psicólogos enfrentarão.

CAPÍTULO III: DELINEAMENTO METODOLÓGICO E DISCUSSÕES ACERCA DA CONTRIBUIÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

3.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Tendo em vista que a metodologia é um meio que proporciona ao pesquisador trazer com clareza e eficácia as informações, por meio das análises e coleta de dados realizada, pesquisa esta que enriquecer o conhecimento dos indivíduos que buscam novas informações e críticas sobre determinados trabalhos científicos.

Minayo (2010, p.14), afirma que “a metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, utilizou-se da mesma para chegar aos objetivos pretendidos numa pesquisa”. Assim, o método é uma ferramenta muito importante para os resultados de uma pesquisa.

Nesse sentido:

A pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (LIMA, MIOTO 2007, p40)

Por tanto, a presente pesquisa, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, possuindo caráter exploratório que segundo (GIL, 2002 p. 40) “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Descritivo com abordagem de cunho qualitativo. Por exigir maior investimento em sínteses e argumentações a partir de fontes as quais foram pontos referenciais para o objeto de estudo (GIL, 2002).

Assim, tendo como um dos seus principais objetivos entender e interpretar comportamentos, atitudes e motivações que influenciam ou determinam uma escolha. Se tornando importante e fundamental na pesquisa por utilizar um roteiro que estimula os respondentes a pensar e falar livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. E seu produto final nos leva a tomar a decisão correta sobre uma questão ou problema.

A pesquisa também esteve baseada no diário de campo dos estágios supervisionados através de intervenção realizada na escola Antônio Ferreira de

Melo na cidade de Juazeiro do Norte- CE. Os estágios ocorreram no Núcleo de apoio do Serviço Social- NASS da clinica escola que oferece serviços de Fisioterapia, Psicologia, Biomedicina, Odontologia e Serviço Social. Na Clínica Escola, precisamente, no Núcleo de Apoio de Serviço Social (NASS) surgiu mediante a necessidade de dar respostas às demandas sociais, identificadas dentro da instituição, como também entre os usuários da Clínica escola.

Dentre os principais serviços oferecidos, podemos citar aqui o encaminhamento de providências, prestar orientações sociais a indivíduos e aos grupos a população no geral, realização de estudos socioeconômicos com os usuários, para fins de benefícios e serviços sociais junto aos órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com um posicionamento sempre em favor da equidade e justiça social e atendimento direto aos usuários, encaminhamentos para rede sócio assistencial e políticas setoriais, como: (CRAS, CREAS, CRI, CRM, NASF, INSS).

Observando atentamente as demandas, as intervenções e cotidianos dos estágios, os atendimentos (entrevistas) e os diários de campo possibilitaram um conjunto de informações em relação ao objeto/objetivo de investigação, que junto à pesquisa bibliográfica, como livros cartilhas e artigos facilitou adquirir uma acumulação de informação maior sobre o tema trabalhado.

3.2 AVERIGUAÇÃO E ANÁLISE DO ASPECTO EDUCACIONAL SOB O PRISMA LÚDICO

Esse tópico apresentou de forma lúdica a perspectiva da educação através do lúdico trazendo uma análise da Política de Educação através da ótica apresentada no poema e na charge abaixo:

*“Acreditamos que a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela
tampouco a sociedade muda.
Se a nossa opção é progressiva, se estamos a favor da vida e não da morte, da
equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o
diferente e não de sua negação, não temos outro caminho se não viver a nossa
opção.
Encarná-la, diminuindo, assim, a distância entre o que dizemos e o que fazemos”.*

(Paulo Freire)

IMAGEM 01:Fonte¹

Vive-se em um país e num mundo marcados por contrastes e desigualdades de recursos, oportunidades e direitos. Onde, cada vez mais, uns poucos concentram muito e a grande maioria sofre escassez e exclusão. Não se trata apenas de recursos financeiros, mas de outros bens e direitos, como espaço de participação, voz ativa, poder de decisão, informação e oportunidades de aprendizagem. A democratização da aprendizagem e a universalização dos direitos educacionais requerem tanto vontade política quanto uma sociedade civil fortalecida, com espaço e voz para poder participar efetivamente do sistema educacional. É preciso mudar a maneira de se definir e implementar as políticas e práticas educacionais, distribuindo, de maneira mais equitativa, os recursos para que a população brasileira possa desfrutar do direito à educação garantido pela Constituição Federal.

Para desfrutar de uma educação adequada, temos que melhorar não só a Política de Educação, mais sim outras Políticas. Para que ocorra o desenvolvimento, é preciso priorizar a satisfação de algumas necessidades humanas no que diz respeito à saúde, educação, moradia, lazer, emprego e renda. Esses fatores implicam diretamente no processo de desenvolvimento do indivíduo, no espaço de construção de cidadania, que a identifica com bem-estar e qualidade de vida.

A educação é muito importante, tanto para cada pessoa, quanto para a sociedade, sendo através dela que construímos o nosso desenvolvimento social, cultural e econômico, como a charge 1 vem demonstrando. Apresentando por meio

¹ Disponível em: <https://celsogiannazi.com.br/2019/07/cortes-na-educacao-roubam-futuro-do-pais/>

das tesouras os cortes e sucateamentos das políticas, minimizando os direitos previstos na CF. E ainda, ajuda no combate à pobreza, diminui a violência, faz com que a economia cresça, entre outros benefícios sociais. Sendo ainda, um instrumento para diminuir a desigualdade social e potencializar a população a exercer melhor os seus direitos políticos e da cidadania em geral, fazendo com que o avanço social e econômico do país melhore.

O direito à educação acontece à medida que as pessoas, além de terem acesso à escola, podem se desenvolver plenamente, tendo um aprendizado contínuo. Isso significa que a educação deverá ser de qualidade para todos e para a vida toda (UNESCO, 2007, p.137). A educação como direito e bem público possibilita o exercício dos demais direitos humanos, por isso, todos devem estar incluídos nela.

É através da educação que a pessoa aprende, transforma e evolui. Por conseguinte, compreende as possibilidades de mudar para melhor o mundo que a cerca. Pela educação, aprenderá a interpretar o mundo, a vida, com recursos e métodos mais eficazes no ampliar de sua visão. O verdadeiro processo educacional possibilita a formação da pessoa humana e cidadã. A educação concede alternativas para transformação, para realização do indivíduo naquilo que ele busca, e sonha ser.

3.3 SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO NA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Vivemos em um país e num mundo marcados por contrastes e desigualdades de recursos, oportunidades e direitos. Onde, cada vez mais, uns poucos concentram muito e a grande maioria sofre escassez e exclusão. Não se trata apenas de recursos financeiros, mas de outros bens e direitos, como espaço de participação, voz ativa, poder de decisão, informação e oportunidades de aprendizagem.

É possível notar a importância da educação na formação dos indivíduos, no despertar da criticidade perante a realidade posta a qual proporciona a liberdade de agir mediante suas próprias convicções e tomar suas próprias decisões podendo construir e reconstruir à medida que adquire mais conhecimento. Por outro lado, Mézáros (2005) fala não só desses aspectos da educação, mas traz que a mesma vem sendo instrumento do modo de acumulação de riquezas, fator este que

ocasiona a reprodução injusto sistema de classes. Sistema esse que privilegia uns e outros não, sabemos que existe um grupo dominante, responsável por ditar os padrões vigentes naquela sociedade, além de influenciar o controle do Estado, direta ou indiretamente.

A educação é representada pela imagem real segregação de conhecimento efetivada por meio de acesso aos mecanismos de ensino, distribuídos de forma dispare entre as classes, objetivando diferentes posições na sociedade, nada mais é do que o resultado de um processo histórico. (BARBOSA, 2012 p.3)

A citação supracitada evidencia que a educação é algo importante para melhoria da qualidade de vida das pessoas, onde é a partir do acesso a práticas educacionais e de informação, que se trabalha a perspectiva de formação do indivíduo, de modo a reunir melhores possibilidades de superar necessidades sociais como também várias formas de preconceito e discriminação. Junqueira (2007) completa ao afirmar que não é possível transformar a sociedade somente a partir da escola ou das suas práticas educacionais ou eliminar delas todas as relações desiguais de poder, no entanto, há a necessidade de promover o acolhimento à diferença, o reconhecimento da diversidade sexual e a inclusão de todas as pessoas.

A esse respeito Correa (2013) pontua que o conhecimento, o debate o espaço para pensar, para compreender os processos de representações de gênero, são importantes aos profissionais da educação, para que possam assim, prevenir ou minimizar as prováveis sequelas que às pessoas que sofrem com a discriminação de gênero. Portanto ações como seminários, congressos e pesquisas, dentre outras atividades funcionam em função da minimização de problemáticas como preconceito, bulling e demais elementos que impeçam o direito do aluno nas escolas elas são coordenadas e desenvolvidas por professores ou profissionais que fazem parte da área.

Entretanto a educação escolar é parte fundamental no processo educativo com a afirmação de que os conhecimentos básicos são desenvolvidos no contexto escolar. As habilidades, as normas e o comportamento são ensinados e aprendidos. A valorização da inserção no contexto escolar é condição de sobrevivência e bem-estar social, segundo a ótica posta pela sociedade moderna.

Portanto, com os temas voltados para a sexualidade, questões de gênero, dentre outros assuntos importantes, é necessário, primeiramente, que os coletivos da escola juntamente com a comunidade ao escrever o projeto político pedagógico contemplem a necessidade e a obrigatoriedade da construção de competências e habilidades voltadas para o eixo das humanidades (MONKEN, 2013).

Nesse aspecto, a inserção desse eixo no currículo escolar, é importante escolher a metodologia mais favorável para o desenvolvimento das ações elencadas na proposta pedagógica. Hernandez (1998), sugere a proposta de trabalho uma vez que a partir dela, alunos e professores participem efetivamente da construção do conhecimento. Por outro lado, também existe uma classe dominada, formada por trabalhadores com baixa instrução profissional e educacional. Assim essa ideologia dominante exerce uma função ativa no enfrentamento das tensões sociais, para manter a ordem social em momentos de explicitação das contradições sociais e das lutas de classe.

Com todo aparato legal que direciona o fazer do sistema escolar na busca de uma educação inclusiva, requer que a escola tenha como objetivo estimular o potencial do aluno considerando as diferenças socioculturais em favor da aquisição de conhecimento e do seu desenvolvimento global. Para o alcance desse objetivo é imprescindível que a escola promova o desenvolvimento afetivo, moral, cognitivo e de personalidade propiciando ao aluno formas diversificadas de aprender com base no respeito à sua história e trajetória de vida.

E é nesse contexto que a sociedade contemporânea, e o sistema escolar adquirem especial importância, e as relações nela estabelecidas são imprescindíveis na construção dos processos psicológicos, sociais, culturais e políticos dos sujeitos. Na situação de ensino-aprendizagem a intervenção pedagógica leva o educando a desenvolver avanços que não ocorreriam espontaneamente.

A importância da intervenção deliberada de um indivíduo sobre os outros como forma de promover desenvolvimento articula-se com o postulado básico de aprendizagem é fundamental para o desenvolvimento desde o nascimento da criança (LA TAILLE, 1992, p 33)

Essa intervenção se dá pela equipe multidisciplinar como também pelo corpo docente da instituição durante o ato educativo que propicia o acesso dos sujeitos ainda imaturos da cultura letrada ao conhecimento, essa intervenção que chamamos

de diretividade é condicionada pelas opções ideológicas que o educador faz, ciente disso ou não. Nas culturas civilizadas a escola deu conta da transmissão do conhecimento sistematizado às novas gerações e os docentes eram os grandes responsáveis por essa transmissão. Isso serviu aos ideais daquela sociedade, mas hoje como vai à instituição escolar e principalmente como vai à educação escolar nos dias atuais? Como esta intervenção está se dando? São essas indagações que o educador não pode se eximir de fazer, se deseja que sua ação docente seja reflexiva, e que o sujeito a partir dela tenha uma visão clara da realidade. Assim a função da escola na contemporaneidade se faz necessário a priori lançar um olhar analítico sobre o momento atual em que nos encontramos, numa perspectiva sócio histórico, uma vez que a sociedade dos novos tempos demanda por uma escola nova, livre de preconceitos.

Para refletir e considerando a instituição escolar, uma das mais antigas e sólidas dentre as instituições, que atravessou séculos, testemunhou mudanças de sistemas econômicos e mudanças em modelos civilizacionais. Hoje, porém as análises conjunturais da esfera educacional formal são desoladoras. Segundo Gohn (2001) A rede escolar é avaliada como atrasada e ineficiente em todos os sentidos como o processo de gestão, qualificação profissional dos recursos humanos, infraestrutura física, a grande questão que envolve a eficácia das instituições escola de hoje é que ela não é uma escola para hoje, mas para o ontem, incapaz de servir aos interesses da sociedade aberta, global e complexa em que vivemos.

Diz-se que um sistema de ensino é bom se ele conseguir exprimir com clareza o que se espera dele, percebe-se, entretanto, que os docentes desconhecem o que se espera deles, e a sociedade espera muito dos mesmos.

Excluem-se da escola os que não conseguem aprender, excluem-se do mercado de trabalho os que não têm capacidade técnica porque antes não aprenderam a ler, escrever e contar e excluem-se, finalmente, do exercício da cidadania esses mesmos cidadãos porque não conhecem os valores morais e políticos que fundam a vida de uma sociedade livre, democrática e participativa (BARRETO, 1994, p 59).

Desse modo a sociedade contemporânea, também denominada como uma sociedade atualizada do saber para o saber fazer, independente do rótulo. Incontestavelmente os tempos são outros e demandam por uma escola diferente,

atualizada com as novas formas de ser dos indivíduos. Assim é cabível uma postura também diferente e capacitada dos profissionais da educação frente a todos os tipos de preconceitos de classe social, gênero, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, existente do ambiente escolar.

A sociedade pós-moderna apresenta um ritmo inédito na história, em que o tempo é o atual, “o aqui e o agora”, na falta de verdades absolutas, prosperam incertezas. O mundo não vai parar para que se busque soluções, é necessário pensar as soluções no processo educacional.

Nesse sentido isso tem relevantes implicações para a educação escolar, pois com o advento da sociedade pós-moderna a acessibilidade à informação se disseminou. A informação está na internet, na televisão, nas revistas, no celular, com todo o dinamismo e rapidez. E é a figura do professor único detentor do conhecimento, que marcou o início da instituição escolar se distancia cada vez mais, cabendo somente a ele se atualizar, reciclando-se e formando novos ambientes de trabalho, criando uma nova realidade que está disponível a quem dela necessita, e assim procurando formas de trabalho que venha suprir as necessidades da sociedade.

Diante dessas discussões postas anteriormente e demais expressões da questão social, como desemprego, desvalorização profissional, preconceito, violência, desigualdade social e modificações das relações familiares, há uma desestruturação tanto no ambiente escolar como nas questões culturais e éticas da sociedade contemporânea. O Serviço Social frente a este contexto poderá identificar os fatores sociais, culturais, políticos e econômicos que atingem o campo e social na atualidade.

O Serviço Social nesse âmbito tem como objetivo contribuir para que se efetive em consonância com o processo de fortalecimento do projeto ético político do Serviço Social e de luta por educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade, que, enquanto um efetivo direito social, potencializando formas de sociabilidade humanizadas. O Serviço Social apresenta-se nessa mesma perspectiva onde o profissional encontrará vários desafios para atuar diante dessa temática e conforme o projeto ético político da profissão, uma vez que as políticas públicas trazem traços de focalização, seletividade e residualidade, onde o modelo de sociedade é capitalista e suas ideologias são neoliberais.

Porém, o profissional que vai intermediar o conflito de classe irá fazer uso de escolha, uma escolha ideológica, teórica, política e ética as quais irão nortear sua atuação profissional, sendo este grande desafio: delimitar sua forma de agir, instrumentalizar-se tecnicamente, mas saber especificamente qual a posição política neste contexto antagônico. Assim nesse contexto, uma educação crítica e solidária livre de preconceito, engloba todos os atores da instituição escolar: alunos, professores, funcionários e suas respectivas famílias. E ultrapassa os muros da escola para se vincular participativamente ao bairro, a cidade, ao país e ao mundo.

A atuação do Assistente Social na educação tem como objetivo colaborar para que se efetive em conformidade com o processo de fortalecimento do Projeto Ético Político de sua articulação com a luta por educação pública laica, gratuita, presencial e de qualidade, que enquanto um efetivo de direito social potencializa formas de sociabilidade humanizadas.

Desta forma, o profissional ao realizar seu trabalho interage com os demais profissionais de áreas diversas, pedagogos, psicólogos e professores que atuam na equipe multidisciplinar, o Assistente social deve também manter articulação com as demais políticas setoriais para a garantia efetiva dos direitos sociais de alunos e de suas famílias.

Interpretando Souza (2005), a educação escolar ainda não se constitui em um campo legitimado da atuação do Assistente Social, porém, as alterações processadas na área da educação com alterações da tecnologia e da informação demandam um trabalho articulado de equipes multidisciplinares e com capacidade ética para tornar o aluno autor e sujeito de sua própria história.

Essa atribuição atrelada à profissão foi verificada durante a realização e observação do estágio quando realizada uma intervenção no dia treze de novembro de dois mil e dezenove na escola Antônio Ferreira de Melo a escolha do tema a ser debatido foi Convivência em casa e na Escola, optamos por trabalhar acerca desse assunto porque é um tema que podemos envolver tanto o âmbito intrafamiliar quanto do ambiente da escola e mostrar para os adolescentes como os dois parecem coisas distintas mais que um precisa complementar o outro. Segundo Magnabosco (2016), indaga a questão da necessária relação entre família e escola já que os dois exercem um papel fundamental e influenciador na formação do

indivíduo, já que a família pode ser a primeira instituição social que o indivíduo passa para sua construção social.

Segundo Piletti (2010), há de considera que o maior problema encontrado pela escola é a falta de preparo dos pais em se educar plenamente o filho. No entanto, é função da escola desenvolver o entrosamento da família em todo espaço escolar, e trazer aos pais o conhecimento do desenvolvimento de projetos pedagógicos, assim como consta na Lei de Diretrizes e Base (LDB 9394/96) em seu Art. 12, Inciso VI articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola, concluindo que a escola deve desenvolver um processo educativo tanto para os alunos como para os pais.

A democratização da aprendizagem e a universalização dos direitos educacionais requerem tanto vontade política quanto uma sociedade civil fortalecida, com espaço e voz para poder participar efetivamente do sistema educacional. É preciso mudar a maneira de se definir e implementar as políticas e práticas educacionais, distribuindo, de maneira mais equitativa, os recursos para que a população brasileira possa desfrutar do direito à educação garantido pela Constituição Federal.

Desse modo fica evidente a importância do trabalho em conjunto entre professores, família, comunidade e alunos, visando sempre os diversos tipos de famílias, hoje existente na sociedade. Assim fica clara que um trabalho bem desenvolvido pode amenizar o preconceito enraizado, procurando com isso promover a convivência destes alunos e familiares e sociedade com as múltiplas diversidades, convivendo normalmente com as diferenças e as respeitando, pois somos todos diferentes, mas que essas diferenças não podem se tornar desigualdades.

Para desfrutar de uma educação adequada, temos que melhorar não só a Política de Educação, mais sim outras Políticas. Para que ocorra o desenvolvimento, é preciso priorizar a satisfação de algumas necessidades humanas no que diz respeito à saúde, educação, moradia, lazer, emprego e renda. Esses fatores implicam diretamente no processo de desenvolvimento do indivíduo, no espaço de construção de cidadania, que a identifica com bem-estar e qualidade de vida.

Essa aproximação entre escola e família permite ao aluno um maior vínculo em relação a essas duas instituições e o Assistente Social é parte integrante

nesse contexto, buscando a ponte entre os mesmos. A escola representa não apenas um cenário de aprendizado pedagógico, sua função vai além, devendo despertar no aluno maior consciência e criticidade em relação aos determinantes postas à sociedade enquanto transmissora de valores.

Tamãha é a importância que ocupa a instituição escolar em nossa sociedade, que diversas teorias pedagógicas são criadas a fim de compreender o fenômeno educativo e propor formas mais adequadas de realizá-lo. Se tomarmos como referência a finalidade da educação como determinante dos métodos adotados para sua transmissão, nos parece equivocada a perspectiva que procura inverter a lógica propondo que o aluno se torne o principal proponente das finalidades educacionais. (SILVA, 2015, p. 06).

É na perspectiva de atuação que o Serviço Social vem focalizando e construindo um perfil ativo na política educacional, conquistando espaços, protagonizando ações que possibilitem intervenções profissionais criativas, propositivas, estratégicas, ousadas, destemidas e comprometidas com a transformação social.

O Serviço Social inserido em diversos contextos institucionais possuindo o objetivo de viabilizar a garantia de direitos a todos os seus usuários onde a profissão está regulamentada pelo Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, aprovado em 15 de março de 1993, com as alterações introduzidas através das resoluções de nº 290/94 e 293/94, e pela lei de regulamentação profissional dos assistentes sociais de 1993 de nº 8.662, de 7 de junho de 1993.

A atuação do Assistente Social na educação tem como objetivo colaborar para que se efetive em conformidade com o processo de fortalecimento do Projeto Ético Político de sua articulação com a luta por educação pública laica, gratuita, presencial e de qualidade, que enquanto um efetivo de direito social potencializa formas de sociabilidade humanizadas.

Desta forma, o profissional ao realizar seu trabalho interage com os demais profissionais de áreas diversas, pedagogos, psicólogos e professores que atuam na equipe multidisciplinar, o Assistente social deve também manter articulação com as demais políticas setoriais para a garantia efetiva dos direitos sociais de alunos e de suas famílias.

Para Souza (2005), a educação escolar ainda não se constitui em um campo legitimado da atuação do Assistente Social, porém, as alterações processadas na área da educação com alterações da tecnologia e da informação demandam um trabalho articulado de equipes multidisciplinares e com capacidade ética para tornar o aluno autor e sujeito de sua própria história.

Há necessidade de se criar vínculos institucionais e com as diversas Secretarias é também mencionada por Sousa (2005), como forma de minimizar as consequências causadas pelas expressões da “questão social” na vida de crianças e famílias. Mas, para o mesmo autor, está se perdendo a articulação entre as políticas sociais setoriais (educação, assistência e saúde) o que aumenta a demanda por um profissional capaz de restabelecer essas relações.

A esse respeito atualmente o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Regional de Serviço Social) está aprofundando a luta política para o avanço de mais espaço de trabalho na área da educação. Pensando nesse contexto o:

Parecer Jurídico 23/2000 sobre a implantação do Serviço Social nas escolas de ensino fundamental e médio, relacionando a pertinência da inserção do Serviço Social na educação a partir das atribuições atinentes à atividade profissional respectiva, estabelecida nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/19935 e também das possibilidades legais dos projetos de lei para a implantação do Serviço Social nas escolas e sua regulamentação nas instâncias de poder municipal e estadual. (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2001, p. 13)

Diante disso, é real a necessidade de um profissional Serviço Social habilitado para trabalhar as múltiplas expressões da questão social que perpassam a educação, sejam elas, violência intrafamiliar social, como bullying, homofobia entre outras. O desafio está posto aos profissionais, que encontre novas estratégias de ação, as práticas interdisciplinares e intersetoriais devem convergir para a construção de redes de apoio, tanto em sua dimensão afetiva solidárias, familiar, como em sua dimensão social no que tange aos serviços sócio assistenciais, como também os serviços das demais políticas públicas, auxiliando-os e colocando-os em condição de igualdade de profissionais e usuários. Frente a um contexto social cada dia mais complexo, a escola precisa se aliar às demais políticas, para a efetiva garantia de direitos.

Para Martins (2015) a intenção de ampliar o conhecimento a uma maior parte de cidadãos necessariamente não significa uma ampliação igual para todos, diante disso podemos afirmar que o objetivo central do aprendizado estar comprometido não com a emancipação do sujeito mais em fazer que este indivíduo tenham as mínimas condições de assimilarem de maneira confiável a visão de mundo e perceberem os valores e convicções dos grupos dominantes sem um olhar crítico, nesse contexto a educação que deveria ser meio de impulsionar o desenvolvimento para a mudança tem sido útil para aqueles considerados estigmas da sociedade capitalista que utiliza está como modo de acumulação de riqueza e ainda a implantação de um acordo com fim de expandir o injusto sistema de classe.

Assim sabe-se que é a escola o lugar em que o discente passa mais tempo depois de suas casas. E é nesse contexto escolar que é impossível não notar a importância da educação na formação e no desenvolvimento dos indivíduos, no desperta da criticidade perante a realidade posta, através dos processos psicológicos, sociais, culturais e políticos dos sujeitos.

É evidente que a educação surge não apenas para sanar as ordens do sistema capitalista. Por um lado a educação, no sentido de aprendizado e ensino, possibilita que o ser humano a partir do acesso ao ensino qualificado e de boa qualidade, passa a ter uma visão aguçada da realidade, adquirindo entendimento de tudo que compõe seu cotidiano, conquistando a liberdade de agir por se próprio, tomando suas próprias decisões, adquirindo a capacidade de construir e reconstruir na medida em que enriquece seu conhecimento e assim não se permitindo ser manipulado pela ideologia imposta pela sociedade, muito menos ser penalizado pelo sistema dominante. (MARTINS, 2015, p. 221).

Para Mészáros (2005) a educação formal, institucionalizada tem cumprido duas funções essenciais no capitalismo; a produção da mão de obra para a expansão do capital e a transmissão de um quadro de valores que legitima os interesses das classes dominantes. E com isso formando indivíduos desprovidos de conhecimentos e a favor da produção capitalistas e política, desenvolvendo a tolerância, o conformismo em sua maioria e o respeito ao próximo em sua minoria na convivência social, cultural.

Essa conformação é ao mesmo tempo compatível com a lógica do capital, benéfica para a sobrevivência do sistema, e razão do fracasso das utopias educacionais formuladas com a intenção de instituir grandes mudanças na sociedade por meios de reformas educacionais. O fracasso consistiu e consiste exatamente no fato de as determinações fundamentais do sistema do capital serem “irreformáveis” porque, pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, elas são totalmente incorrigíveis. (LIMA, 2006, p.22)

Assim é visível a necessidade de uma educação que vá para além do capital, que funcione e que seja livre das algemas dos interesses do capital uma luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoa, como “seres para si”. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera violência dos opressores e está, ser o menos.

Portanto, Paulo Freire (1994) afirma que: A ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, “ação cultural” para a liberdade, por si mesmo, ação com eles. A sua dependência emocional, fruto da situação concreta de dominação em que se acham e que gera também a sua visão inautêntica do mundo, não pode ser aproveitada a não ser pelo opressor. Este é que se serve desta dependência para criar mais dependência.

O direito à educação acontece à medida que as pessoas, além de terem acesso à escola, podem se desenvolver plenamente, tendo um aprendizado contínuo. Isso significa que a educação deverá ser de qualidade para todos e para a vida toda (UNESCO, 2007, p.137). A educação como direito e bem público possibilita o exercício dos demais direitos humanos, por isso, todos devem estar incluídos nela.

É através da educação que a pessoa aprende, transforma e evolui. Por conseguinte, compreende as possibilidades de mudar para melhor o mundo que a cerca. Pela educação, aprenderá a interpretar o mundo, a vida, com recursos e métodos mais eficazes no ampliar de sua visão. O verdadeiro processo educacional possibilita a formação da pessoa humana e cidadã. A educação concede alternativas para transformação, para realização do indivíduo naquilo que ele busca, e sonha ser.

A ação libertadora, pelo contrário, reconhecendo esta dependência dos oprimidos como ponto vulnerável, deve tentar, através da reflexão e da ação, transformá-la em independência. Esta, porém, não é doação que uma liderança, por mais bem-intencionada que seja lhes faça. Não podemos esquecer que a libertação dos oprimidos é libertação de homens e não de “coisas”. Por isto, se não é autolibertação – ninguém se liberta sozinho -, também não é libertação de uns feitas por outros. E sim através de si mesmo e seus próprios conhecimentos. Dessa forma, se a educação é a chave para efetivas mudanças sociais e a descentralização do poder e dos meios de produção das mãos de uma parcela ínfima da sociedade, é justamente esse o ponto mais atacado pelo fenômeno da corrupção. Martins (2008) ressalta que o melhor remédio para a corrupção, prescrito desde a Antiguidade, é a participação política e o envolvimento com res pública (grifos do autor), com as coisas públicas, com aquilo que diz respeito a todos. Nas sociedades que se esquecem da esfera pública, o terreno resta preparado para a proliferação de casos de corrupção.

Entretanto, acabar com essa corrupção será um dos caminhos para melhorar a educação. A educação é arma poderosa contra a corrupção. Só ela tem força de mudança, força de renovação. É indispensável haver investimentos sociais, mudar a realidade educacional existente, a fim de se construir um país sério. Educação tem que ser prioridade; ela é a mola propulsora da cidadania. É um valor inestimável, que engrandece a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo delineado objetivou em mostrar a relevância do Serviço Social na instituição de ensino, como também os desafios e dificuldades que os profissionais enfrentam para efetivação da Política de Educação como mecanismo de emancipação humana e não apenas de reprodução de métodos e técnicas metodológicas de ensino.

No tange ou Serviço Social cabe aqui mencionar a materialização de direitos onde existe varias lacunas referentes à insuficiência do estado em investimentos da capacitação de profissionais. Este por ser uma profissão que atua no desenvolvimento e na execução das políticas públicas que viabilizam o acesso aos programas e serviços, deve continuar lutando para que os direitos sejam efetivados. Tornando assim necessário que ocorram novos incentivos para a participação e articulação da categoria profissional na aproximação das contribuições no campo educacional.

Desta forma o desafio do corpo docente e do Serviço Social está na busca pelo engajamento de alunos e familiares na construção de uma Política de Educação pautada na emancipação humana e formação de novos cidadãos, sendo verificada durante a intervenção realizada na escola citada nesse estudo que a atuação do Serviço Social manifesta-se como ponte entre família e escola, trazendo elementos que melhorem o ensino no Brasil.

Por isso é indispensável que a escola tenha clareza de seu projeto político pedagógico, como também o Assistente Social em torno do qual deve prevalecer o consenso de que quanto mais conhecimento e efetivação da política melhor a construção social e educacional de seus alunos. Sem essa perspectiva, a escola corre o risco de ficar refém da camisa de força de sua grade curricular, como mero aparelho burocrático de reprodução bancária do saber.

Reinventar o futuro é começar por revolucionar a escola, transformando-a em um espaço cooperativo no qual se intercalem a formação intelectual (consciência crítica), científica e artística de protagonistas sociais comprometidos eticamente com os desafios de construir outros mundos possíveis, fundada na partilha dos bens da Terra e dos frutos do trabalho humano.

Desta forma o intuito desta pesquisa foi poder de alguma forma apresentar informações que possam contribuir para que os pesquisadores colem informações ao que se diz respeito às práticas educacionais e os desafios do Serviço Social frente no âmbito educacional.

REFERÊNCIAS

____BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

____BRASIL, Ministério da Educação, (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF.

____<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1647>, acesso em 17/05/2020 as 12:38.

____<https://site.cfp.org.br/psicologia-e-servico-social-nas-redes-publicas-de-educacao-basica-agora-e-lei/>

____<https://site.cfp.org.br/veto-derrubado-vitoria-da-psicologia-e-do-servico-social/> acesso em 14/05/2020 12:39, 12:40

____http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm acesso em 17/05/2020 acesso em 13:01.

____<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1647> acesso em 1/05/2019 as 10:58 acesso em 14/05/2020 12:39,

____<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/10/09/bolsonaro-veta-atendimento-de-psicologo-e-assistente-social-nas-escolas-publicas>. Acesso 18/05/2020 11:13

____<https://site.cfp.org.br/conheca-as-razoes-da-psicologia-para-derrubada-do-veto-ao-pl-3-688-2000/> acesso 18/05/2019. 12:00

____<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1626>. Acesso em 18/05/2020 12:51

____<https://diariodopoder.com.br/brasil-e-regioes/promulgada-lei-que-garante-atendimento-psicologico-a-alunos-de-escolas-publicas> Acesso em: 18/05. 12:53

____<https://nacoesunidas.org/artigo-a-experiencia-internacional-com-os-impactos-da-covid-19-na-educacao/> 18/05 13:18

____https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2020/04/02/internas_opiniao,841850/artigo-a-educacao-em-tempos-de

ANDRADE, Ana Lída F. S. **Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro e o trabalho profissional**. II Seminário de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017. Disponível em: Acesso em 18 Jun. 2020

ANDRADE, R. W. Pobreza e Educação. In: GENTILI, P. **Pedagogia da exclusão: Neoliberalismo e a crise da escola pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ANTÔNIO. Sônia, LUCINI, Vieira. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BARBOSA, Iolanda Bueno de Camargo, ROMANOWSKI. **Pesquisa e Prática Profissional – Materiais Didáticos**. Curitiba: IBPEX, 2012.

BARRETO, Vicente. "**Educação e Violência: reflexões preliminares**". In: ZALUAR, Alba (org) et al. Drogas e Cidadania: repressão ou redução. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9394/96. Brasília: 1996.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993. _____. Lei 8.662/93. Brasília: CFESS, 1993.

CORREA, C. M. de A. **Educação, Lei e Sexualidade: A importância da discussão sobre os padrões normativos do comportamento sexual e de gênero na escola**. In: MAIO, E. R.; CORREA, C. M. A. (Orgs). Gênero, direitos e diversidade sexual: trajetórias escolares. Maringá: Eduem, 2013.

COSTA, D. **Sobre a natureza e especificidade da Educação**. Brasília, v.3, n.22, p.1-6, julago, 2012.

FREIRE, Paulo; 1921-1997 Pedagogia do Oprimido/ recurso eletrônico/ Paulo Freire Rio de Janeiro: Paz e Terra 2013.

FREITAS, Dalila Andrade. **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002

GOHN, Maria da Glória. Educação Não-formal e cultura política: Impacto sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo, Ed. Cortez, 2001.

HERNANDÉZ, Fernando; VENTURA, MontSerrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. 199p20<http://brasilecola.uol.com.br/psicologia/homofobia.htm> em 06/05/2017.

JUNQUEIRA, R.D. O. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/UNESCO, 2009.

- LATAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl; DATAS, Heloysa (Org.). Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. 13 ed. São Paulo: Summus, 1992.
- LIMA, J. PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- MAGNABOSCO, Maria Auxiliadora. **Em busca de uma compreensão das relações entre família escola**. *Psicol. Esc. Educ.* (Impr.) [online]. 2016, vol.9, n.2, pp. 303-312. ISSN 1413-8557. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572005000200012>> 28 maio 2020.
- MARQUES, M. M.; FULLGRAF, J; WIGGERS, V. **A qualidade da Educação Infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa**. *Cadernos de. Pesquisa.*, São Paulo, v. 36, n. 127, abr. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextpid=S010015742006000100005 lng=ptnrm=iso>. Acessos em 03 Jun. 2020. doi: 10.1590/S0100-15742006000100005.
- MARTINS, João C.G. F. **Dificuldades na escolarização dos adolescentes privados de liberdade em pernambuco**. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2015.
- MÉSZÁROS, ISTAVÁN. **A EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL**. Tradução de Isa Tavares. - São Paulo: Boitempo, 2005.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MIOTO, Regina Célia Tamaso; LIMA, Telma Cristina Sasso, **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. *Rev. Katál. Florianópolis* v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.
- MONKEN, Eliane Maria Freitas. **As Múltiplas Linguagens**: Centro Universitário Newton Paiva. 2014.
- MORAIS, Ney Luiz Teixeira. **Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação**. 2015. (Palestra proferida no I Encontro de Assistentes Sociais na Área da Educação, Belo Horizonte, mar. 2003.)
- NEVES, Ivanalda D. N.; RODRIGUES, Jefferson S.; ROSSI, Kaiame L. **A extensão universitária e a práxis na formação inicial e continuada do discente**. *Revista de Pesquisa Interdisciplinar*, Cajazeiras, v. 1, Ed. Especial, 553 – 563, set/dez. de 2009.
- PAIVA, A. M. de. **A/O Assistente Social na Luta de Classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PILETTI, C. **Didática geral**. 24 ed. São Paulo: Ática, 2010.

RIBEIRO, Irene. **Reflexões sobre pesquisa histórica com base em idéias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX**. In: Anais I congresso Internacional de Pedagogia Social, 1, 2000.

SANGENIS, Ilma Passos A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 2001.

SILVA, Cécila Poloni Camuci. **ESCOLA, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: O PROCESSO DE APRENDIZAGEM**. 2015. Disponível em: [file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/educa%C3%A7%C3%A3o%20porbreza%202016%20FINAL%20DO%202.1%20tccc%20\(2\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/educa%C3%A7%C3%A3o%20porbreza%202016%20FINAL%20DO%202.1%20tccc%20(2).pdf) Acesso em: 28/06/2020.

SILVA, P. **Pedagogia da exclusão: Neoliberalismo e a crise da escola pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOUSA, Eliane Ferreira de. **Direito à educação: requisito para o desenvolvimento do País**. - São Paulo: Saraiva, 2005.

VIEIRA, P. **Educar na esperança em tempos de desencanto / Pablo Gentili, Chico Alencar**. – 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.